

**ATA N.º 12/2018:**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2018:**

No dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, na sala da Sociedade de Instrução Musical (freguesia de Quinta do Anjo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, António Manuel da Silva Braz e Palmira Maria Santinhos Hortense.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes, bem como quem acompanha a transmissão via *Internet* e começa por agradecer a cedência da sala à Sociedade de Instrução Musical.

O **Sr. Presidente** menciona que, na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, para esta reunião de câmara, foi convocado o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino, nos termos do n.º 1, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (Anexos a esta Ata como documento n.º 1).

**Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:**

**PONTO 1 – Contratos Interadministrativos para a manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – alteração**

**PONTO 2 – Contrato Interadministrativo para a limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas - alteração**

**PONTO 3 – Acordos de Execução para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico**

**PONTO 4 – Delimitação de Unidade de Execução em Aires**

**PONTO 5 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”**

**PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Convívio para Idosos de Cabanas**

**PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo**

**PONTO 8 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo**

**PONTO 9 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Grupo Desportivo e Recreativo Airensense**

**PONTO 10 – Atribuição de apoios financeiros aos Ranchos Folclóricos do Concelho de Palmela**

**PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão para realização da 29.ª Feira Comercial e Agrícola do Poceirão**

**PONTO 12 – Atribuição de topónimo “Rua da Várzea” – Freguesia de Quinta do Anjo. Requerente: Maria João dos Reis Matos Cebola. Proc.º TOP-6305/2017. Local: Cabanas**

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **APROVAÇÃO DE ATAS**

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 08/2018, da reunião ordinária de 16 de abril de 2018.

**A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António Braz e Carlos Vitorino, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.**

— ATA n.º 09/2018, da reunião ordinária de 18 de abril de 2018.

**A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António Braz e Carlos Vitorino, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.**

**Atos Prévios:**

**INFORMAÇÃO:**

- Foi distribuída aos senhores Vereadores e Vereadoras a documentação atinente aos despachos emitidos no âmbito da subdelegação de competências DADO – Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e DAU – Divisão Administração Urbanística);
- Balancete à data do dia anterior e pagamentos autorizados no período que decorre desde a última reunião de câmara até à presente data.

**DESPACHOS EMITIDOS PELOS/A SRS./A PRESIDENTE, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

**No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Amaro; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 02.05.2018 a 22.05.2018.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

**No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 30.04.2018 e 18.05.2018.

**CONTABILIDADE:**

**Pagamentos autorizados:**

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 02.05.2018 a 22.05.2018, no valor de 1.868.114,82 € (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, cento e catorze euros e oitenta e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

## **TESOURARIA:**

### **Balancete:**

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 22.05.2018, apresenta um saldo de 6.123.634,57 € (seis milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e trinta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 5.049.459,72 € (cinco milhões, quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e setenta e dois cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.074.084,85 € (um milhão, setenta e quatro mil, oitenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos).

### **METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS**

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento, para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e por último, a Ordem do Dia.

### **SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO**

O **Sr. Presidente** menciona que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo decorre de 21 a 25 de maio de 2018.

O **Sr. Presidente** dá as boas-vindas à reunião pública e faz um agradecimento à Sociedade de Instrução Musical, agradecendo em particular à direção a hospitalidade, sabendo-se hoje que as associações, quer do ponto de vista da constituição das equipas diretivas, mas também de outros constrangimentos que existem à sua atividade, merecem também a presença do executivo e, por isso, também se farão reuniões de trabalho com o executivo da Junta de Freguesia e as associações da freguesia que estejam, naturalmente, em funcionamento, no dia seguinte.

O **Sr. Presidente** refere que estando no âmbito da semana descentralizada dedicada à freguesia de Quinta do Anjo, a Câmara Municipal está a promover até sexta-feira, um contacto mais próximo com as freguesias do Concelho, proporcionando também, um momento de especial visibilidade para os projetos, obras e temas que mais interessam no seu contexto específico. O programa da semana da freguesia de Quinta do Anjo integra um conjunto de visitas a obras, lugares, empresas, instituições, momentos públicos, reuniões de trabalho com a Junta de Freguesia e com diversos agentes locais. A educação e intervenção social merecem, também, nesta semana, um olhar mais atento a par de outros temas, como a economia local e a reabilitação urbana.

O **Sr. Presidente** informa que a semana de trabalho teve início com uma reunião, na segunda-feira à noite, com a Associação de Moradores de Olhos de Água, na qual também participaram a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha e membros da Junta de Freguesia. Um dos assuntos recenseados, anteriormente, dizia respeito ao espaço de jogo e recreio da Associação, pelo que aproveitaram para fazer o ponto de situação das iniciativas em curso, com vista à legalização da área onde está instalado o equipamento, junto à sede, e que resulta de uma cedência de parte de um lote vizinho. Decorre nos serviços do Município o levantamento topográfico para clarificação da implantação do espaço. Na ocasião, foram identificadas, pela direção da Associação, outras necessidades, nomeadamente, a instalação de placas direcionais para a sua sede, onde funciona também um atendimento de saúde, e a alteração da sinalização de trânsito dentro do bairro. Refere que há uma proposta que foi dirigida à autarquia e que estão a analisar e, tendo sido validada pela população e que, não havendo objeções de natureza técnica, poderão avançar com estas alterações. Trataram, também, de questões relacionadas com a regularização das ligações à rede de esgotos que existe no local, mas alguns lotes de terreno não reuniram, ainda, toda a documentação e as condições para o efeito, assuntos que foram encaminhados para os serviços municipais para análise mais detalhada.

O **Sr. Presidente** dá nota que na terça-feira, o Sr. Vereador Adilo Costa reuniu na sede da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo com um conjunto de moradores da Urbanização Portais da Arrábida para discutir questões relativas ao estacionamento, num encontro promovido pelo Sr. Presidente da Junta. O Município levou um estudo, na sequência, até, de alguns abaixo-assinados que fizeram chegar à Câmara Municipal. Foram ouvidas as propostas dos moradores e estão, agora, a procurar melhorar a proposta, que consiste, basicamente, na alteração de sentidos de trânsito e criação de bolsas de estacionamento. Esclarece, no entanto, o que está no alvará de loteamento, as moradias que têm uma garagem, têm um lugar no exterior e, portanto, em bom rigor, o estacionamento obrigatório, pela portaria à época da emissão daquele alvará, o estacionamento era no interior do lote. Mas enfim, longe vai o tempo em que havia apenas meia dúzia de carros, pelo que, desde que seja possível no espaço público, irão procurar regulamentar aquela zona de outra forma.

O **Sr. Presidente** refere que durante o período da manhã do dia de hoje, como habitualmente, foram feitas visitas ao território, acompanhados pela comunicação social, pelos vereadores e vereadoras das várias áreas político-partidárias. Começaram por um conjunto de três empresas, a "Baga Lusa", "Softberries" e "Em Busca da Origem", que se associaram na Herdade Alagoas, em Quinta do Anjo, para a produção de framboesa. Um projeto muito interessante, que produz quase exclusivamente para exportação, através da organização nacional "Be Fruit", para vários países da Europa, apesar do interesse nacional nos chamados "frutos vermelhos" estar a aumentar, pelos comprovados benefícios para a saúde. Os proprietários deram a conhecer algumas dificuldades no recrutamento de mão-de-obra, dada a sazonalidade desta cultura, que

está, também, muito dependente das condições atmosféricas. Nestas terras férteis, paredes meias com a Arrábida, cada hectare produz, em média, 20 toneladas de framboesa por ano.

Visitaram, de seguida, uma obra em curso de ampliação e reabilitação da Escola Básica Matos Fortuna em Quinta do Anjo, um investimento que ultrapassa os 850 mil euros, cofinanciado em 50% pelo FEDER, ao abrigo do POR Lisboa 2020/Portugal 2020, os restantes são fundos próprios da Câmara. Tem sido uma obra complexa, com aulas a decorrer em simultâneo, que infelizmente, neste caso não correu muito bem, mas têm acompanhado a situação com a Associação de Pais e com a Direção da Escola. Portanto, esperam que a parte referente ao núcleo principal, salas e o refeitório, estejam em condições, concluídas, para que no início do próximo ano letivo já decorra normalmente. Terminando-se os restantes trabalhos, nomeadamente, o pavilhão multiusos, até ao final do ano. Esta ampliação permitirá integrar mais 52 alunas/os do primeiro ciclo e o funcionamento em regime de horário normal (escola a tempo inteiro) e disponibilizar salas para as atividades de apoio à família.

Seguiram, posteriormente, para uma visita às instalações da "Amcor", líder global no desenvolvimento e produção/impressão de embalagens de plástico, que está em cerca de duas centenas de localizações, em mais de 40 países, e conta com dezenas de milhares de trabalhadores e está sediada no Concelho já há alguns anos. Trabalha para setores diversos como a alimentação, bebidas, indústria farmacêutica, equipamentos médicos, produtos de higiene pessoal e domésticos, entre outros, adaptando soluções às necessidades específicas de cada área e dos clientes. A unidade de Palmela é uma das quatro unidades portuguesas, aposta bastante nas questões de segurança, em todos os domínios; emprega 107 trabalhadores e espera um volume de negócios em 2018 na ordem dos 20 milhões de euros.

Terminaram a manhã de quarta-feira na "Mundimat", empresa que está a celebrar o seu vigésimo aniversário, tem sede no concelho, em Vila Amélia, e delegações em Lisboa e Portimão. Dedicar-se à reabilitação e manutenção de edifícios distribuição e venda de materiais de construção, esses são os seus principais eixos de negócio, aos quais juntou, há seis anos, as limpezas pós-obra, industriais, entre outras. O número atual de trabalhadores ronda as duas centenas, com flutuações nos períodos de maior atividade, e apesar de parecer uma pequena empresa de distribuição de materiais de construção, não é, porque também faz construção e reabilitação, tendo no seu portefólio obras nos aeroportos de Lisboa, Faro, no Freeport e em vários centros comerciais ibéricos, enfim, é, de facto, uma empresa também com uma enorme dinâmica que escolheu o concelho de Palmela.

Nestas visitas ao território, procuraram sempre recolher junto das empresas, as suas preocupações e necessidades em matéria de infraestruturação, uma vez que algumas delas não estão propriamente em parques industriais. Nesse sentido, conferiram aspetos de melhoria da rede viária, mas é preocupante a falta de transporte coletivo rodoviário, nesta zona do concelho.

O Município tem estado, no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, a trabalhar nas soluções e propostas para várias zonas do território a integrar no dossiê para as novas concessões, que

terá de estar fechado até outubro de 2019, esperando-se que a empresa que vier a ganhar o concurso responda a esta necessidade, nomeadamente, de carreiras regulares, quer para a distribuição de trabalhadores pelas diversas empresas, quer para a ligação à Estação Ferroviária da Penalva. Paralelamente, certas comunidades em território periurbano poderão vir a ter respostas no âmbito do chamado “transporte flexível”, que é um transporte quase que a pedido, ou seja, que existe apenas em determinadas horas e determinados dias, à semelhança do que já está a ser experimentado em outras zonas do país com menor índice demográfico.

No período da tarde de quarta-feira, o **Sr. Presidente** informa que realizaram a habitual reunião com o Executivo da Junta de Freguesia, para fazer um ponto de situação sobre várias obras em curso ou a realizar (em particular, o conjunto de candidaturas a fundos comunitários que incidem sobre esta freguesia, cujos projetos estiveram patentes na reunião pública e estão, agora, em exposição na Junta de Freguesia), apresentar projetos a desenvolver e discutir e recensear, também, assuntos de gestão corrente:

- Refere, por exemplo, da necessidade de reabilitar o Jardim de Cabanas, e demos nota à Junta de Freguesia do estudo preliminar que já foi feito e, que tendo sido aprovado pelos serviços municipais, vai dar origem à elaboração do estudo prévio e adjudicação do projeto.
- Apresentaram, com maior detalhe, a Ciclovía de Quinta do Anjo (no âmbito do projeto Ciclop 7), cujo concurso público está a decorrer. Trata-se de uma pista ciclável e pedonal, que se desenvolverá entre as urbanizações Colinas da Arrábida e Portais da Arrábida. A obra da Ciclovía decorrerá entre 2018 e 2019, com início previsto para o último trimestre do ano.
- Ainda sobre o HUB 10 – projeto intermunicipal, que engloba, numa primeira fase, os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, o **Sr. Presidente** recorda o facto de já terem adjudicado a Estrada de Vila Amélia, no entroncamento da Rua dos Fazendeiros, onde irão ter uma interseção (oval ou circular). Além da beneficiação da via, a obra inclui um corredor ciclável, passeio, zona para paragem de transportes públicos e infraestruturização de água e saneamento. Numa segunda fase, vão intervir na área entre a chamada “rotunda da Makro” e S. Gonçalo. Estas duas fases representam um investimento de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, também, cofinanciado em 50% pelo Portugal 2020, e permitirá reformular, completamente, aquela importante entrada do concelho.
- Informaram, também, sobre o estudo para soluções de transporte flexível em território periurbano, que está concluído e identifica muito bem as soluções necessárias para os problemas colocados, hoje, pelas empresas que visitaram. Este estudo justifica as opções, que estão plasmadas no trabalho que desenvolvem de suporte ao concurso para as novas concessões.
- Relativamente à questão da obra de ampliação e requalificação da Escola Básica de Cabanas, nomeadamente, com o incumprimento do empreiteiro, estão a tratar da rescisão do contrato com a empresa e o processo está a tramitar juridicamente. Esperam, em junho, abrir novo concurso para a sua conclusão;

- Sobre o Mercado Municipal de Quinta do Anjo, informaram a Junta de Freguesia da candidatura que efetuaram a um programa da ADREPES, relacionado com Mercados de Produtores e circuitos curtos para distribuição de produtos locais, com vista à requalificação do edifício, nomeadamente, ao nível de pintura, refuncionalização, intervenção no telhado, melhoria dos arranjos exteriores, bancas, etc. Independentemente do resultado da candidatura ainda não ser conhecido, já incluímos o valor na revisão ao orçamento e a obra arranca no segundo semestre do ano.

O **Sr. Presidente** deu conhecimento que o município tem estado, ao longo dos últimos meses, a fazer diligências junto de uma entidade bancária, encontrando-se na fase final de decisão, com vista à aquisição de dois pequenos lotes, entre a Estrada Nacional e o Mercado. Temos a intenção de fazer uma zona de gare para autocarros e uma bolsa de estacionamento, fundamental na zona central da aldeia, contribuindo, também, para consolidar o tecido urbano. Refere que o Município vai ceder um terreno no Bairro Alentejano/Bairro dos Marinheiros à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo para construção de um Espaço de Jogo e Recreio. Não foi possível trazer essa cedência à reunião de Câmara desta semana, mas irão formalizar a cedência numa próxima oportunidade.

Relativamente às questões sobre infraestruturas a realizar, o Sr. Presidente, informou que estão em plano a pavimentação da Rua das Laranjeiras no Bairro Assunção Piedade, a Rua da Beira Litoral nos Brejos de Carreteiros, e a Rua José Ferreira Calote, bem como as infraestruturas da Rua Ferreira Caramelo e Rua da Esperança;

A Junta de Freguesia de Quinta do Anjo questionou, também, o município relativamente a um extenso conjunto de questões pertinentes, nomeadamente, instalação de sanitários públicos em espaços muito vivenciados, como o Parque de Merendas de São Gonçalo e o Circuito de Manutenção de Quinta do Anjo (estão a analisar a classe de espaço, as necessidades que criam, e em termos de manutenção, limpeza e vigilância); reforço de contentores de RSU, parque infantil e plantação de árvores na Praceta Antero de Quental, nas Colinas da Arrábida; sustentação do talude na linha de água que atravessa as Colinas, (estão a preparar uma intervenção a dois tempos), estando já previstos para o verão trabalhos de limpeza da linha de água e reforço do talude; iluminação exterior do Cemitério de Quinta do Anjo e do Circuito de Manutenção do Bairro dos Marinheiros; a instalação de bandas cromáticas nas ruas Manuel Martins Pitorra e António José Marques, em Quinta do Anjo, e na parte de baixo da Rua 5 de Outubro; a remoção de palmeiras doentes nos Portais da Arrábida, que serão substituídas por espécies autóctones; iluminação pública.

Na sequência dessa reunião, visitaram depois, as Grutas Artificiais de Casal do Pardo, em Quinta do Anjo, para dar a conhecer mais um pouco, o processo de escavação arqueológica em curso neste Monumento Nacional, 141 anos, depois da data de descoberta deste espaço funerário, trabalhos promovidos pelo Município de Palmela, em parceria com a UNIARQ e a Arqueohoje. Esta intervenção insere-se num programa de valorização das Grutas Artificiais do



Casal do Pardo e apoio à interpretação museológica do sítio e enquadra-se no programa "PRARRÁBIDA – Valorização de Sítios Arqueológicos", promovido por Palmela e cofinanciado pelo PORLisboa2020, no âmbito do PDCT-AML (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana).

Além da musealização do sítio arqueológico, está programado fazer uma intervenção paisagística, que valorize e proteja o local e favoreça a sua fruição. Esta empreitada integra um passadiço em madeira, cortina arbórea, sinalética, vedação e estacionamento, e está, também, a ser desenvolvida uma brochura trilingue para a interpretação do espaço, revelando a nova informação recolhida nesta escavação. Está tudo adjudicado, aguardando-se, apenas, o parecer da Direção-Geral do Património Cultural. Esta construção remonta ao Neolítico final, mas foi utilizada durante todo o terceiro milénio, inscrevendo-se numa tradição arquitetónica mediterrânica. Identificadas e escavadas em 1876 pela Comissão dos Serviços Geológicos, as Grutas Artificiais de Casal do Pardo constituem um sítio paradigmático do hipogeísmo em Portugal e o seu importante espólio, recolhido nas escavações de 1876 e 1907, está no Museu Geológico e no Museu Nacional de Arqueologia, respetivamente, destacando-se o conjunto de cerâmicas e espólio associado ao Campaniforme, contexto local de um fenómeno europeu que surge no final do Calcolítico. Abordaram, ainda, o projeto "Janela da Arrábida", a desenvolver no Espaço Fortuna, verdadeira porta de entrada na Arrábida, na sequência de uma candidatura (também no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana), inserida na operação "PRARRÁBIDA". Pretende-se que a intervenção reforce a multidisciplinaridade do espaço e a sua ligação com a envolvente natural. A reabilitação deste local emblemático será, particularmente, ao nível da arquitetura paisagista, cujo cerne será a instalação da exposição permanente, de cariz museológico, dedicada à Arrábida, e uma maior fruição deste espaço privilegiado. Contempla, também, estacionamento, parque de autocaravanas e zona de receção para visitantes. O projeto custou 33.825 euros e a obra está orçada em 445 mil euros.

O **Sr. Presidente** refere que na tarde de quinta-feira, irá, juntamente com o Sr. Vereador Adilo Costa e técnicas da autarquia reunir com o Presidente da Direção do Centro Jovem Tejo, uma Instituição Particular de Solidariedade Social que está instalada na Freguesia de Quinta do Anjo há muitos anos e que está a atravessar um momento difícil.

Na sexta-feira de manhã, o executivo municipal efetuará atendimentos mediante marcação. Os atendimentos vão ser feitos no Centro de Recursos para a Juventude em Quinta do Anjo e, portanto, quem tiver assuntos ou processos de outra natureza que queira apresentar ao executivo, basta fazer a marcação e depois, distribuirão consoante os pelouros de cada um dos eleitos.

O **Sr. Presidente** justifica que nas reuniões descentralizadas faz discursos longos, pois transmite todas as informações necessárias, para que os munícipes fiquem com a noção do trabalho que os eleitos desenvolvem, durante as visitas mencionadas.

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

### **Sr. Artur Afonso (1.)**

Cumprimenta os presentes e refere que depois de ter ouvido o Sr. Presidente, não ouviu falar sobre Cabanas.

O **Sr. Presidente** refere que falou, falou no jardim de Cabanas, de duas ruas de Cabanas que vão ser intervencionadas e da escola básica.

O **Sr. Artur Afonso** continua e refere que só percebeu que falou da escola. Refere, também, que os moradores de Cabanas também pagam impostos e têm direito a ter ruas em condições, porque a Rua Manuel Xavier de Carvalho, mais parece a rua do pó. Vive há 50 anos naquela rua e quem lá meteu a água, a iluminação, foi ele, mais os seus cunhados. Naquela altura, a câmara tinha uma máquina ou duas e nunca a mandava para lá. Depois de terem metido a água, meteram a luz e custou 24 contos, há 50 anos atrás e ao todo pagaram à EDP 50 contos. Ao fim de dois anos, ninguém se chegou para pagara nada, toda agente ali fez casas e foi só fazer a puxada de luz dos postes de iluminação.

Refere que o Sr. Presidente sabe que aquele pó é canceroso, se fosse areia não era, mas aquele pó é prejudicial à saúde. Existem ali perto, aceiros, que sem terem uma casa, estão todos alcatroados. Das pessoas que lá vivem supõe, que seja ele o que há mais tempo ali reside, tem mais dois cunhados, mas esses já não podem andar.

Outra questão que coloca é que, estão a pagar saneamento, sem terem acesso à rede de esgotos. Refere que já há cerca de 15 anos, teve uma reunião com o presidente da Câmara Municipal de Palmela, e nessa altura mandaram arranjar a estrada do chafariz, mas a estrada Manuel Xavier de Carvalho, não arranjaram.

Refere também que junto aos muros, existem terrenos abandonados, com muito mato por limpar e quer se saber se quem lá vai intervir, se é a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia.

### **Sr. António da Cruz Sobral (2.)**

Cumprimenta todos os presentes, informa que reside em Cabanas há 23 anos e quer acrescentar, ao que o seu vizinho, o Sr. Artur Afonso falou, sobre a Rua Manuel Xavier de Carvalho duas situações que considera graves. A primeira que tem e deve ser resolvida o quanto antes e tem que ver com o feno dos terrenos que se encontram abandonados, junto às

habitações. O feno está muito alto e muito seco, se houver ali um incêndio, põe em causa a vida e as habitações das pessoas que ali vivem.

Um outro assunto que aborda é a estrada, desde que ali vive há 23 anos, e tem esperança que com os novos elementos na câmara, seja possível o arranjo da Rua Manuel Xavier Carvalho. E com uma agravante, que não é só o pó e o incómodo, é o material que é aplicado, de vez em quando nessa estrada. Portanto, não fica colado à estrada, mesmo passando com água, seca e depois fica igual, e o pó que estão a inalar não é um pó da terra, da areia, mas sim um pó químico e acha que é um caso de saúde pública. Ficou muito satisfeito do Sr. Presidente ter falado em São Gonçalo, em Quinta do Anjo, na melhoria da escola, mas também gostaria que olhasse para esta estrada, para esta Rua Manuel Xavier de Carvalho.

**Sr. Nelson António (3.)**

Cumprimenta todos os presentes e refere que é residente na Quinta do Anjo há cerca de um ano e é com muito prazer que está a viver na Quinta do Anjo e está a gostar da experiência. Refere que quando estão a falar de segurança e de prevenção e nota que isso e, apesar desses projetos todos que o Sr. Presidente falou, das estradas, dos projetos que vai haver, parques, enfim, considera que estão muito longe de um tema principal, para atrair visitas em terem segurança para essas pessoas que visitam. Reside na Rua António Sérgio, no Bairro da Cooperativa e ali têm uma situação, por onde passa uma vala. Essa vala tem uma flora que é passível de entrar em combustão. Não que um possível incêndio chegue às casas, mas os fumos derivados do mesmo, podem eventualmente provocar danos, a inalação de fumos e provocar vítimas. Junto à Rua António Sérgio, ou seja na estrada paralela, foi aberto uma entrada nas traseiras da escola, por motivos alheios a sua compreensão, talvez por causa das obras do projeto ali a ser implementado. Refere que já antes tinha um problema e continua a ter, que é o problema do pó de pedra, a moradia fica de frente e todos os carros que ali transitam, esse pó de pedra entra para dentro das portadas, entre para dentro de casa e é impossível ter alguma coisa limpa dentro de casa. Refere que já existem queixas desde a década de 90. As pessoas que residem ali nos prédios também têm as mesmas queixas, porque quando estendem a roupa, nas fachadas a tardoz dos respetivos edifícios, ondes as mesmas também ficam cheias de poeira. É uma situação muito desagradável, é uma situação que incomoda muito. Refere que também ali existe um risco eminente de um possível incêndio, têm ali sobreiros, sobreiros, esses que estão marcados, alguém vai lá recolher a cortiça. Deve ter um proprietário e esse proprietário vai colher a cortiça e não faz a limpeza do terreno?

Também a vala por estar com um porte arbustivo inculto, também não cumpre a sua função, que é escoar as águas, acumulando assim águas paradas. Portanto, nesse sentido manifesta o seu desagrado, refere que já fez queixas, até já foi contactado por parte da Câmara, mas o facto de dizerem que está marcado, não está a resolver a questão. Se sabiam que iriam abrir a fachada tardoz da escola, tinham que ter reunido as condições de segurança para as pessoas passarem por ali.

Sobre a questão da proteção civil, quer fazer um pequeno reparo, porque quando aqui chegou, passou por uma caixa de derivação de eletricidade numa rua, estabeleceu contacto com os bombeiros de Palmela e, disseram que a caixa não estava a arder, se não estivesse a arder, não iam lá fazer nada. Essa caixa estava danificada, estava aberta e tinham os fios à mostra. Como os bombeiros disseram que não iam lá fazer nada, tomou a liberdade de contactar o CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro) aqui da área, e os mesmos disseram que iam tomar conta da situação. Trata-se de uma caixa de eletricidade na via pública, por onde passam crianças. Passei no dia seguinte e a caixa nem sequer estava balizada. Enfim, aproveito a deixa, uma vez que os seus concidadãos estavam a falar de prevenção e vigilância, aproveitou, também, para fazer esta observação, que considera ser muito importante. Porque para terem uma aldeia, para terem uma freguesia que possa atrair visitantes, também têm que ter a noção de segurança e as áreas que estão por desmatar, tem que ser limpas. Não deviam atuar só perto das alturas de risco, deviam atuar durante todo o ano, com prevenção e vigilância.

**Sra. Arlindo Braz (4.)**

Cumprimenta todos os presentes e refere que é residente, na freguesia de Palmela, em Vale de Touros, na Avenida da Holanda. Desde já, quer dizer que, contrastando com as outras pessoas, a Câmara já está a começar a tratar daquela via pública e isso agrada-o bastante. Refere que mora ali há 16 anos, veio do concelho da Moita que tinha infraestruturas, nomeadamente estradas e saneamento melhores, mas de qualquer forma e é com agrado que quer expressar a sua gratidão.

Refere que tem outras questões, reparou que já começaram a calcetar as bermas e considera que deveriam ter expropriado uma parcela de terreno baldio, que é propriedade de alguém, mas que está ao abandono, não reside ali ninguém, tem até pinheiros com alguma dimensão e que frequentemente caem pinhas e algum dia destes ainda levam com uma pinha em cima de um carro. Depois, a questão do saneamento, as infraestruturas que foram criadas na zona habitacional daquelas moradias que estão feitas na Avenida da Holanda, lá no fundo já têm tudo, porque a autarquia assim entendeu exigir ao construtor, mas a ligação, qual é a perspetiva que a autarquia tem para que aquilo entre em funcionamento. É importante que não estejam mais 16 anos à espera. Seria desejável que isso não acontecesse.

Também a questão do trânsito, questiona se têm o propósito de manter as duas vias como está atualmente, na Avenida da Holanda, ou se pensam em fazer uma para cada lado, entrando por ali e depois, alternando com a que passa pelos armazéns do hipercentro do móvel. Se porventura pensarem nisso, queria solicitar o seguinte, para poderem entrar na estrada nacional, que é muito mais perigoso entrarem pelo lado do hipercentro móvel, porque ali nos cafés, do lado oposto e há muitas pessoas que estacionam os carros e depois para entrarem à estrada nacional, é uma carga de trabalhos. Acha que ninguém cumpre ali, com os 50 quilómetros por hora.

Uma outra questão que existe ali, é uma vala que está compactada com as tais pedras embutidas na rede e aquilo toma proporções com erva, que é uma coisa fora do normal. Será que podem aplicar herbicidas ou não podem, mas seria interessante a câmara aplicar isso, porque agora é muito mais oneroso e muito mais fastidioso, para quem anda com uma moto roçadora, dar conta daquilo e depois também fazem descargas de uma ETAR ali do bairro. Refere que a seguir ao jantar, gosta de fazer uma caminhada e apercebe-se de cheiros que, no seu entender são oriundos dali. Sobre aquela ETAR, seria importante que ao fazerem as descargas, fizessem com água corrente. Também aproveita, para solicitar, porque já mora ali uma quantidade considerável de pessoas e para cumprirem com os deveres de reciclagem, a colocação de ecoponto.

**Sra. José Manuel Correia (5.)**

Cumprimenta todos os presentes e refere que vem falar sobre o Bairro Assunção, mais propriamente da Rua Primavera que é uma das paralelas àquela que o Sr. Presidente referiu que estava a ser intervencionada. Trata-se de uma das primeiras estradas que lá está, é estreita, tem as infraestruturas, mas não tem alcatrão e é o que vem aqui, juntamente com as pessoas que o acompanham, é solicitar a pavimentação com alcatrão daquela estrada, porque sentem que aquela estrada, de aproximadamente 300 metros, ficou esquecida.

**Sra. João Faria (6.)**

Cumprimenta todos os presentes e refere que reside na Quinta do Anjo e refere que perto do infantário está uma tampa, em que todos os dias os carros passam e a tampa levanta. Outra questão tem que ver com as casas de banho perto da igreja que estão fechadas. Uma outra questão tem que ver com as luzes do circuito de manutenção, á noite estão desligadas. E por ultimo, em Quinta do Anjo só há uma caixa multibanco e a partir das 19 horas, já não tem dinheiro e as pessoas que aqui vivem, não têm outro sítio em que possam levantar dinheiro.

**Sra. Cláudia Francisco (7.)**

Cumprimenta todos os presentes e refere que é moradora nas Colinas da Arrábida e já tinha alertado, numa das reuniões de junta de freguesia, um problema crónico na Quinta do Anjo, que são as descargas de entulho. Acha que foi em 2016, organizado um passeio de Range Rover, no qual o ponto de encontro foi no Castelo de Palmela por sugestão sua e gostaria de fazer um na Quinta do Anjo, mas sinceramente, tem vergonha, porque qualquer tipo de espaço de mato, ou seja, por onde possam passar com os jipes. Tinha planeado um encontro na zona da "Makro" para estarem mais à vontade e as pessoas estarem prontas, mais longe do trânsito, mas existem, literalmente, valas com descargas constantes e monos. Refere que o despejo é feito com tanto "à vontade", que de dia já assistiu a fazerem descargas nessa zona. Refere que independentemente da consciência de cada um, não consegue perceber a intervenção da

Câmara. Na altura havia sugerido numa das reuniões, placares com telefones para que as pessoas tivessem conhecimento para quem deveriam ligar, para denunciar.

O **Sr. Presidente** refere que podem ligar para o número geral da Câmara, para o SEPNA e para a GNR.

A **Sra. Cláudia Francisco** refere que tem expediente para isso, mas as pessoas que residem na Quinta do Anjo, são maioritariamente idosas e que se calhar, não têm acesso com tanta facilidade, à Internet. Considera que a colocação de uns placares, uma campanha de sensibilização mais informativa nessa vertente e quiçá, se a Câmara tiver disposição para isso, criar uma iniciativa ou um projeto de intervenção, para parar com essa situação, porque realmente a zona aqui envolvente, está muito atacada com esse tipo de descargas.

### **Sra. Sérgio Alexandre (8.)**

Cumprimenta todos os presentes e queria realçar uma questão, até porque chegou um pouco tarde, não consegui vir mais cedo, mas reparou que estavam aqui presentes muitas pessoas de Cabanas e percebeu logo qual era o assunto. O assunto tem que ver com aquela rua e o Sr. Presidente, bem sabe que essas pessoas têm razão. Refere que o PS já fez algumas diligências e pronto, aquilo que quer realçar, é que aquilo que foi dito. Bem sabe que o Sr. Presidente referiu que já têm datas previstas, mas estão assim há muitos anos, porque, em Cabanas e apesar de não conseguir, agora contabilizar, não são muitas as estradas que não têm alcatrão e que não estão completamente feitas. Existem poucas e esta é uma delas, é uma rua que inclusivamente, serviria ou servirá para a escapatória quando existe um acidente qualquer na estrada principal e que estas pessoas acabam por ter razão, porque são muitos anos. Porque, enquanto, que quase toda a aldeia tem as ruas alcatroadas e com saneamentos, eles pura e simplesmente, naquela rua, não têm.

Outra questão que pretende realçar é em relação às festas de São Gonçalo, que foram realizadas há bem pouco tempo e queria em seu nome e, em nome de toda a Comissão de festas, agradecer todo o apoio dado, quer pela Junta de freguesia, quer pela Câmara, já o tinha feito publicamente, mas atendendo esta reunião é uma assembleia muito bem composta, quis realçar que foi tudo muito bom e agradecer, do fundo do coração, todo o apoio prestado.

### **Face às questões apresentadas pelos Srs. Múncipes, são prestados os seguintes esclarecimentos:**

\_ Em resposta ao Sr. Artur Afonso (1.) e António da Cruz Sobral (2.), o **Sr. Presidente** refere que sobre a Rua Manuel Xavier de Carvalho, está projetada para 2019 no plano de investimentos do município com um orçamento de 105 mil euros. Faz parte do compromisso eleitoral. Refere que o Sr. Sérgio Alexandre citou um partido político, no entanto, refere que há um partido político que aquilo que tem no seu programa, executa e põe no plano da Câmara. Também, vão fazendo outras coisas com o contributo de todos os vereadores que aqui estão presentes e da cidadania que está sempre a acrescentar novas obras no "Eu participo".

Deixa uma nota de enquadramento, estão num concelho de enorme dispersão geográfica e em bom rigor, deviam estar a viver mais juntos, em aglomerados infraestruturados, mas a história do emparcelamento dos terrenos no concelho de Palmela é uma história longa. Vem desde 1800, já desde o tempo das sesmarias, das Quintas das Torres, das herdades, enfim, todo o concelho foi sendo parcelado e tem muita rede viária e possivelmente, o que devia ter sido feito há 50 anos ou há 40 anos atrás, teria sido não deixar construir em determinados sítios. Hoje as pessoas, justamente a maior parte delas, felizmente com as casas legalizadas, outras nem por isso, estão a viver em zonas mais dispersas onde a infraestruturção demora tempo a chegar. Isso não significa que haja maior ou menor crescimento, porque também em bom rigor, tem que se investir nas zonas onde as pessoas têm as coisas, pagaram também coeficientes de localização maiores, estão em perímetros urbanos e estando dentro de perímetros urbanos, têm que ter as coisas infraestruturadas e é por isso que pagam mais e é por isso que os seus terrenos custaram mais dinheiro do que os outros nas zonas rurais. Refere que também mora numa zona dessas, sabe evidenciar também as dificuldades que é viver numa zona rural, mas foi uma opção sua de ir viver para zonas periféricas, periurbanas.

O **Sr. Presidente** refere ainda que o município tem feito um enorme esforço e não é justo dizer que não se faz nada em Cabanas nessa matéria. A Rua de Goa, o prolongamento da Rua Miguel Cândido, são obras do último mandato, portanto, Cabanas até têm estado, em termos de número de residentes e de acessos, outras ruas com mais gente, também na lista para fazer. No entanto, precisamente por saberem e já esteve no local, já visitou a empresa antiga que lá havia, por saber que apesar de haver outras que têm maior densidade populacional, mas onde ainda vão levar esgotos, porque aí é possível e noutros sítios não é. Esta rua está prevista para ser pavimentada em 2019, com um orçamento de 105 mil euros.

Quanto aos terrenos abandonados, refere que na área da proteção civil, com reuniões de esclarecimento que fizeram na sede da junta, também com notificações a centenas de munícipes e outros que não são munícipes, mas que são proprietários, para cumprirem a legislação e limparem os seus terrenos; com a GNR têm feito visitas aos locais que são considerados prioritários, até porque quando se ouvem as notícias na televisão sobre os fogos, as pessoas tendem a pensar que são todos os terrenos, mas não é assim; o que está previsto é que, quem tem terrenos, tem de os limpar e acabar com toda a matéria combustível. Contudo, houve umas listas de prioridade que foram fornecidas pelo próprio ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), independentemente de serem zonas fora da zona do parque da Arrábida, para todo o concelho; o município recebeu do Secretário de Estado da Proteção Civil e do ICNF um conjunto de zonas consideradas prioritárias e foram todas visitadas pelos nossos serviços de Proteção Civil e pela GNR. Foi tudo identificado, o que é que é perigoso, o que não é perigoso; onde é que há árvores, onde é que não há; a distância a que tem de estar. Depois, há outra vegetação de pasto que também deve ser cortada, mas que para efeitos de ignições e de propagação, tem menos perigo segundo os especialistas e os bombeiros. O que município tem feito e pretende fazer, neste caso concreto é que os senhores

identifiquem se é alguma situação que ainda não tenha sido reportada, pede ao Doutor José Alexandre que fique com o contacto dos senhores, para que a proteção civil se possa deslocar ao local e analisar o risco e depois farão os procedimentos necessários, primeiramente de notificação dos proprietários e como hoje a legislação já permite, mesmo que não se consiga que recebam as notificações, com o edital, já é permitido entrar no terreno e fazer as respetivas limpezas. Mas refere, com toda a frontalidade, que não há sítio nenhum do país, nem do mundo que tenha os terrenos todos limpos e muito menos num concelho como o de Palmela, que é eminentemente rural, na sua esmagadora maioria com 465 quilómetros quadrados é impossível estar tudo limpo. Portanto, se não forem os proprietários a limpar, aquela lógica que é anunciada de que os municípios se podem substituir e fazer o trabalho todo pelos outros e depois apresentar a fatura, enfim, não é preciso esta legislação recente, já é assim há muitos anos, só que os municípios têm feito isso e não tem recebido o dinheiro. E não é só o problema de não serem ressarcidos, é humana, técnica e financeiramente impossível o município fazer toda essa limpeza.

O **Sr. Presidente** acrescenta que têm um plano aprovado pela Proteção Civil, na quinta-feira passada, na área do parque da Arrábida. Têm muitas zonas de acesso em Quinta do Anjo e Cabanas também, na área do parque, de desmatação de bermas, abertura de caminhos, zonas de emergência para os carros dos bombeiros, enfim, e cumpriram escrupulosamente. Relativamente aos terrenos dos particulares, o município fez em média 600 notificações por ano e nos últimos anos, uma média de investimento só de compra de serviços ao exterior de cerca de 40 mil euros; fez muito mais do que isso por administração direta.

Refere do que observou no terreno, este ano há muito mais gente sensibilizada para o efeito e considera que vão ter até mais problemas nas zonas urbanas, nos lotes abandonados, do que propriamente, nas zonas agroflorestais que estão sinalizadas como de primeira prioridade. E esclarece que o município fará tudo o que estiver ao seu alcance para ir às zonas prioritárias e se tiver que substituir os proprietários, substitui, como tem feito nos outros anos, mas que é impossível a qualquer município dizer que tem tudo limpo ou fazer alguma vez a limpeza total.

A única virtude que teve esta legislação, foi colocar a questão na ordem do dia, mas é completamente impossível cumprir a não ser que queiram arranjar outros culpados, dos incêndios de Pedrógão já culpavam muita gente, mas também a não ser que queiram culpar os presidentes de câmara todos, porque ninguém consegue limpar tudo até 31 de maio, nem depois. Até porque, a partir de 31 de maio, vão começar um conjunto de intervenções e, portanto, também quer fazer este esclarecimento, porque está relacionado com a cidadania e bom senso, a definição de prioridades e trabalho de conjunto entre os cidadãos, porque os cidadãos também têm que estar alerta. Na legislação recente e nestes casos refere que os senhores podem entrar no terreno do vizinho e limpar até 50 metros. Portanto, é fácil legislar, é fácil o Estado Central legislar e passar a responsabilidade para os outros.



O **Sr. Artur Afonso** interrompe e refere que no ano passado mandou uma máquina ir lá limpar o terreno, mas este ano não está disposto a fazer isso.

O **Sr. Presidente** refere ainda que faz muito bem, cada um tem de tratar do seu terreno. Em relação ao pó de betuminoso que lá foi colocado, é evidente a solução é o asfaltamento e a Junta vai procurar manter no pavimento e esperar até final de 2019 pela obra.

Um Senhor que não se identifica e não fala ao microfone, interpela o Sr. Presidente e refere que têm nessa estrada detritos de betuminoso e teria sido melhor ninguém ter lá posto nada.

O **Sr. Presidente** refere que é da opinião que ninguém, nem a Junta de Freguesia deveria lá colocar detritos de betuminoso. De qualquer forma, vão em conjunto com a Junta de Freguesia resolver a questão da conservação ou não, do terreno e do pavimento. Reitera que a pavimentação está projetada para 2019.

\_ Em resposta ao Sr. Nelson António (3.), o **Sr. Presidente** refere que em relação à questão apresentada sobre a Rua António Sérgio, aquele acesso não estava previsto e esteve relacionado com a obra na escola, mas convida o Senhor a consultar o projeto na sede da Junta de Freguesia referente à obra da ciclovia, que incluiu no projeto o tratamento das traseiras e dos impasses que existem na zona da Coopanho. De facto, nem devia haver trânsito naquelas traseiras, mas as pessoas vão por ali, estacionam e circulam para entrar numa outra rua. O projeto da ciclovia nessa zona ficou mais caro por causa disso, mas vale a pena porque inclui o tratamento desses espaços, a pavimentação, a criação de lugares de estacionamento e circulação em passeios até à ciclovia que fica junto da linha de água. Pode consultar o projeto que ficou hoje na Junta de Freguesia para conferir se a zona onde reside fica ou não, bem tratada desta forma. Está neste momento em concurso público, a candidatura, devendo demorar de 3 a 4 meses para começar a obra. Relativamente à linha de água, vão fazer uma limpeza no troço que compete à autarquia, mas há um problema relacionado com a vegetação que é infestante, o que torna tudo mais complexo, mas na altura da obra têm programado efetuar um grande desbaste dessa vegetação. Até porque depois a ciclovia é em betuminoso e acaba-se ali uma série de vegetação com a pavimentação. Sobre a questão da drenagem de águas, vão incluir, como habitualmente, no plano de limpeza que começa a ser executado em julho até outubro. É um plano anual que é entregue a um prestador de serviços externos que começa a fazer nessas zonas, dentro dos perímetros urbanos, porque fora desses perímetros, pertence aos proprietários.

Quanto à caixa de eletricidade, considera que o senhor fez o seu dever de cidadania e fê-lo bem-intencionado mas, se tem mandado um email para a câmara, se calhar, tinham conseguido resolver, apesar de não ser da competência da Câmara. Ainda assim, informa que o número da EDP é o 800 506, 506, está na fatura da EDP. Refere que essas caixas apesar de estarem no espaço público são da responsabilidade da EDP e da PT Comunicações. Pelo que, os bombeiros, naturalmente só saem para entrar em operação, se houver algum perigo, nestas circunstâncias, por vezes tem-se contactado o serviço da Proteção Civil Municipal, porque existe

um fiscal do espaço público, que tem ligação com esses operadores e que esse tipo de problemas pode ser resolvido dessa forma.

Refere que enquanto Presidente, não lhe compete defender se a resposta por parte dos Bombeiros foi ou não correta. O Município intervém e, em algumas circunstâncias que já aconteceram, com problemas durante a noite, em que os serviços da Câmara também são acordados e vão acompanhar. Quando chega alguma comunicação ao serviço de Proteção Civil Municipal, que não possam deslocar-se, solicitam aos bombeiros para irem e aí já vão em cumprimento de uma missão que tem obrigações para com o município, porque a Câmara paga aos bombeiros. Nas três Corporações de Bombeiros do concelho de Palmela, existe um projeto que tem um grupo de bombeiros permanentes, os GBP's.

\_ Em resposta ao Sr. Arlindo Braz (4.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente à Rua da Holanda em Vale de Touros, faz parte de um compromisso de terem arrancado com essa obra no mandato anterior e, aliás, apesar de demorar, começou no mandato anterior. A ligação dos esgotos está preparada na rua, transitoriamente vai ficar ligada à ETAR de Vale de Touros, porque a ligação definitiva está dependente de uma autorização e de uma ligação à beira da Estrada Nacional que vai ao emissário da Simarsul junto à Rua do Aviário, junto de um restaurante que não vai aqui publicitar o nome. Para a Lagoinha e Vale de Touros têm um projeto que foi apresentado na semana descentralizada da freguesia de Palmela, que tem várias fases de infraestruturização, tem 9 fases, e vão avançar para a fase seis. As fases essenciais são as de ligação dos esgotos através do emissário e depois as sucessivas repavimentações que faltam fazer nas zonas que ainda não estão pavimentadas, quer na Lagoinha, quer em Vale de Touros. Esclarece que é uma obra para durar cerca de 5 a seis anos, na medida em que se não houver financiamento comunitário, ainda vai demorar mais tempo, porque só com o dinheiro do município, não têm verba para fazer esse investimento todos os anos. Neste momento, estão numa fase de grande investimento de equilibrar as contas municipais, têm capacidade de endividamento, contraíram empréstimos para os investimentos que estão a fazer no Portugal 20 20 no qual têm tido muitas candidaturas aprovadas, mas tem de ser feito por fases. Também já estão a trabalhar no outro projeto que implica o licenciamento nas Infraestruturas de Portugal para poderem utilizar o espaço canal da berma da estrada, enfim, são questões um bocadinho penosas no processo, mas acredita que todos os anos irão decorrer obras naquela zona, para complementar a rede do projeto que fizeram.

Em relação ao Ecoponto, o Sr. Presidente refere que é uma situação que está sinalizada, tem sido uma guerra nas zonas de habitação dispersa, porque o rácio que a Amarsul tem do número de habitantes por ecoponto é uma coisa completamente absurda. Informa que a Sra. Vereadora já registou, já solicitou, porque já tiveram pedidos de outros municípios, também para a Rua de Paris.

\_ Em resposta ao Sr. José Manuel Correia (5.), o **Sr. Presidente** refere que sobre o Bairro Assunção Piedade, aquela vala é a Ribeira de Palmela que vai entroncar na Ribeira da Salgueirinha, no final da Rua do Aviário. Teve um tratamento há muitos anos feito pelo antigo INAG, atualmente APA - Agência Portuguesa do Ambiente, mas, de facto, porque está em zonas periurbanas, com muitos terrenos abandonados, a natureza faz o seu papel. Na questão das infestantes refere que tratam com a monda química, não a mesma, agora com produtos que não sejam tão agressivos para o ambiente. Acrescenta que nessa zona das linhas de água têm colocado um produto que combate, também, os vetores, os mosquitos. Não consegue dizer com certeza se está programado, mas fica registado, para terem em atenção essa zona mencionada.

O **Sr. José Manuel Correia** fala, mas sem ser ao microfone, pelo que não é audível para transcrição em ata.

O **Sr. Presidente** esclarece que existem uns senhores pelo concelho que fazem despejos de fossas, que têm de ter uma licença que se tira no atendimento municipal, na qual recebem um mapa dos coletores, para controlar onde devem ir despejar. Se o Senhor apanhar alguém a fazer um despejo de fossa ilegal, deve avisar a Câmara. Refere que a Câmara deve ser avisada, porque já apanharam alguns prevaricadores através das matrículas.

Depois da parte dos esgotos nas ruas que ainda faltava e da remodelação da rede de água que foi feita, vão agora passar à fase da pavimentação e, portanto, a fase da pavimentação está programada para o final de 2018 a Rua das Laranjeiras e para 2019 as seguintes.

\_ Em resposta ao Sr. João Faria (6.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente à tampa solta na Estrada Nacional, a situação está recenseada e refere que apesar de terem alguma dificuldade em intervir, vão tentar colocar umas borrachas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo esclarece que as instalações sanitárias estão fechadas porque foram vandalizadas. Numa delas está um quadro elétrico e neste momento sofrem infiltrações por causa dos canteiros existentes na parte de cima do adro da igreja, por isso fecharam com receio de poder haver a possibilidade de eletrocussão. Portanto, a Junta de Freguesia vai remover e impermeabilizar os canteiros e a partir daí recuperar a cobertura e depois das obras, reabrirá.

O **Sr. Presidente** refere que sobre o circuito de manutenção, a iluminação, o município está sistematicamente, a pôr lá candeeiros. Enfim, vão ver se é uma questão de prolongamento de mais iluminação ou se são algumas luminárias que estão fundidas. Refere que aquela zona foi reparada há um ano, sensivelmente.

Sobre a questão da caixa multibanco, refere que o município tem insistido junto de algumas entidades bancárias com as quais o município trabalha para colocar e repor algumas caixas de multibanco, nomeadamente a do Bairro Alentejano, no centro histórico de Palmela e na zona sul de Pinhal Novo, tem sido uma prioridade, porque não existe nenhuma.

\_ Em resposta à Sra. Cláudia Francisco (7.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente à questão do despejo dos entulhos, é semelhante à questão da limpeza dos terrenos, a Câmara já fez campanhas, inclusivamente, no mandato anterior, inserida numa campanha nacional "limpar o mundo, limpar Portugal", foram disponibilizados alguns contentores num fim de semana inteira de sábado e domingo, com voluntários a limpar terrenos abandonados. Acrescenta que têm feito várias operações de fiscalização com o SEPNA da GNR e já têm alguns resultados, mas vão continuar. Têm conhecimento que a zona de Vila Amélia, até porque têm recebido fotos, existem algumas denúncias, é uma zona onde, de facto, começa a ser necessário montar uma operação. Acontece em plena luz do dia, nas bermas das estradas e de alguns caminhos que não são públicos, porque ainda estão inseridos em áreas urbanas de génese ilegal- AUGI, e o município não consegue ter um fiscal para cada cidadão. Estão, hoje, a trabalhar com equipas que têm uma missão específica para essa matéria.

Existem placares colocados no concelho e informação nos contentores, nomeadamente em zonas onde aparecem quantidades que não têm nada que ver com as necessidades das pessoas que lá moram, mas enfim os placares também são vandalizados.

O Município vai continuar a fazer campanhas. Recentemente, noutra freguesia, criaram um centro de deposição e transferência de resíduos, cuja campanha foi remetida nas cartas da água, para que as pessoas daquela freguesia possam levar os verdes e os móveis velhos, entulhos a um determinado sítio e, apesar de estar a funcionar bem, alguns contentores continuam a ficar rodeados de entulhos e deposições de diversa espécie. Só para ter uma ideia, a recolha, o transporte e deposição em aterro é caríssimo e se essas pessoas que despejam ilegalmente fossem à Amarsul entregar, pagavam apenas 24 euros por tonelada, saía mais barato. A Autarquia também precisa do apoio dos munícipes, no sentido de alertarem e denunciarem, porque também se apoiam na GNR e também fazem essas fiscalizações por várias zonas do concelho.

O **Sr. Presidente** refere que essa limpeza não compete ao município fazer, porque o dinheiro dos impostos dos munícipes é para fazer coisas da competência da autarquia, aquilo que são as competências e as obrigações para com os munícipes. Não é para gastar nos terrenos dos particulares sem conseguirem, depois, ser ressarcidos. O que se gasta em limpeza é um milhão de vezes superior às multas, tal como a questão da desmatção de terrenos que inclui também as questões da limpeza de insalubridade. Há inclusivamente situações em que encontraram zonas com resíduos perigosos e esses são sinalizados pelo SEPNA, têm um tratamento e são alvo de investigação. Relativamente às campanhas de sensibilização, há muitas formas de as

fazer e naturalmente procurarão fazer mais. Neste momento, nessa zona em concreto, estão a preparar algumas ações, mas não pode revelar mais. A rua está sinalizada e vai ser feita.

\_ Em resposta ao Sr. Sérgio Alexandre (8.), o **Sr. Presidente** refere que em relação às festas de São Gonçalo, dá os parabéns ao grupo de trabalho, naturalmente, as autarquias apoiam quem trabalha pois é um trabalho muito importante para as comunidades.

**Sr. Leandro de Almeida (9.)**

Cumprimenta todos os presentes e refere que não poderia deixar de manifestar a sua opinião, desta vez, na reunião descentralizada na freguesia de Quinta do Anjo e porque se fez acompanhar por 2 dirigentes, um deles Presidente da Assembleia Geral da Associação que, no passado dia 18 esteve presente o Sr. Vereador Adilo Costa e, nessa altura, manifestou o seu sentido de responsabilidade daquilo que mais uma vez, vem falar. Trata-se do excesso de velocidade em que se circula naquelas ruas da Quinta das Marquesas, e recentemente foi lá colocada sinalização, para redução de velocidade para 50 km/hora, na circular norte, mas não acredita que vá surtir. No passado fim de semana tiveram o aniversário da associação e manifesta o agrado pelo apoio que tiveram da Junta de Freguesia e da Câmara, nomeadamente na colocação do palco no polidesportivo. Manifesta que a limpeza continua a ser uma preocupação diária e refere que os responsáveis da associação são frequentemente criticados, porque dizem que só à porta do presidente e da filha deste é que são feitas as limpezas na rua. Outra crítica que faz está relacionada com a vassoura mecânica que apesar de passar mensalmente, chega às ruas e só passa num sentido, não faz os dois sentidos das ruas, portanto, entra na Rua Luís Vaz de Camões vai até à associação, circula pela Rua Florbela Espanca e depois entra nas outras perto do minimercado, mas faz apenas só um sentido das ruas.

Na passada sexta-feira e segunda-feira estiveram a colocar herbicida, porque as ervas estão muito altas e que depois destas chuvas, cresceram muito e isso fez com que as pessoas criticassem muito a associação.

Refere que deixa mais uma vez o pedido, para que em nome da Associação de Moradores da Marquesa II, esse tipo de trabalhos, de limpeza dos passeios, venha a ser feito, até porque como já referiu uma vez, as pessoas depois de ficarem servidas, nunca mais aparecem nestas reuniões públicas e outras, reclamam, mas nunca chegam a comparecer. Fez questão de trazer alguns elementos da associação, para que também eles mais jovens, vão-se apercebendo de como é que isto funciona para que no futuro próximo, quando não puder vir, eles possam substituí-lo nestas andanças.

**Sr. Nuno Botas (10.)**

Cumprimenta todos os presentes e refere que esteve presente na reunião do ano anterior e volta novamente por causa da situação da muralha lá de baixo, daquele senhor. Pergunta qual a evolução daquela situação, porque está a pensar fazer ali um recinto de "paintball".

A 2ª questão que faz é em relação ao PU das Cabanas, se está em elaboração algum plano de urbanização para Cabanas, se existe e se alguma vez foram definidas áreas verdes, áreas de desporto, de caça.

Uma outra situação, que até já falou com o Sr. Presidente da Junta e vai seguir o conselho que este lhe deu, está relacionada com a desmatção dos terrenos. Refere que as pessoas confundem o que é mato, com o que é vegetação. No seu caso, tem dois terrenos que a 24 de fevereiro, foram todos passados e até tem fotografias disso. Já foi feita nesta altura, queixa novamente dos terrenos e é verdade que a erva já cresceu. Refere que vai voltar a passar os terrenos, até por uma questão cívica. Mas existem outras zonas, um outro terreno que tem vegetação e essa vegetação serve para alimentação do gado, portanto, nesse terreno não vai limpar a erva, porque fica sem alimento para as ovelhas.

\_ Em resposta ao Sr. Leandro de Almeida (9.), o **Sr. Presidente** agradece, em primeiro lugar, a presença do Sr. Leandro e refere que a Associação de Moradores das Marquesas II é exímia em representar os interesses dos moradores do bairro, que não é só por ter protocolos com a Câmara e com a Junta no plano associativo, que vai deixar de ser uma associação de moradores reivindicativa e o senhor até deu aqui exemplos de situações que tem vindo a apresentar e que já tiveram solução.

A questão colocada está relacionada, de facto, com um ano atípico em termos de humidade e também com algum atraso no ataque que é feito com a monda química nos passeios. Refere que a calçada portuguesa é bonita, mas é para algumas zonas nobres, para algumas zonas históricas, algumas pracetas e até é por isso que o município, agora, em novos loteamentos e em particular nas augis que vão ser futuras cidades dispersas, impõe outras soluções de pavimento, mas ali foi feita com calçada portuguesa e é assim que vai continuar e, vão ter que tratar disso com exceção dos passeios para a zona da circular norte que tem placas de cimento. Já houve aplicação de monda química e, geralmente, o herbicida faz secar e até mesmo com uma vassoura é possível retirar. Contudo, pode haver zonas onde, efetivamente, não é assim e pode ser necessário o apoio da roçadora mecânica e de uma varredora. Quanto à varredora mecânica, quando acharem que há questões que estão a ser mal trabalhadas, devem, de facto, reportar aos serviços municipais. Esclarece que nem sempre se consegue acompanhar o prestador de serviços, mas por vezes a encarregada consegue acompanhá-lo em determinadas zonas. Esclarece ainda que, a varredora mecânica passa apenas por um dos sentidos da estrada, porque existem carros estacionados e não é possível passar junto desses carros, sob pena de poder projetar pedras e danificar os veículos. A periodicidade da varredoura mecânica no bairro está, neste momento, a decorrer uma vez por mês, reforçaram o orçamento para que,

no 2º semestre, possam ter outra periodicidade, duas vezes por mês. Quanto à eficácia do trabalho, vão procurar averiguar, por vezes há problemas. Esta questão das zonas dispersas é problemática, porque não há impostos que paguem isto tudo, mas ainda assim, têm a obrigação de prevenir, de colaborar, os próprios cidadãos, mas também de melhorar a resposta dos serviços. Considera que as situações vão melhorar com as chamadas de atenção por parte dos munícipes também.

Relativamente ao trânsito, está previsto a pintura de bandas cromáticas no bairro, reforço de passadeiras, a empreitada já foi adjudicada. Portanto, esteja descansado, o município está atento ao bairro.

Mais uma vez um senhor fala, sem usar o microfone e sem se identificar. Não é perceptível o que diz, pelo que não é possível transcrever em ata.

\_ Em resposta ao Sr. Nuno Botas (10.), o **Sr. Presidente** refere que conhece bem a questão colocada e a mesma está a ser acompanhada pelos serviços de fiscalização municipal. Têm que conferir os prazos na fiscalização, porque aquilo que o prevaricador fez, está em desacordo com o projeto. Já foi devidamente notificado, mas neste momento não consegue precisar o ponto de situação, pode o munícipe, no entanto, solicitar um atendimento com o Sr. Vereador e inteirar-se melhor sobre o assunto em questão.

Relativamente ao PU de Cabanas, foi elaborado em determinadas peças até um determinado momento, mas dado que precisava ainda de estudos de impacto ambiental e de um conjunto de outros instrumentos que demoram muito tempo, como o PDM que está em revisão, tem já esses estudos, aquilo que foi feito em relação ao PU de Cabanas, já está incorporado na revisão do PDM.

O PDM já está numa fase mais avançada, embora tenham ainda de esperar cerca um ano até chegar à discussão pública. Pelo que quando pretender saber mais sobre os seus terrenos, pode marcar um atendimento e pode ficar a perceber se em algumas zonas vai haver propostas de alteração de classe de espaço ou não. O que está na proposta já está estabilizado, depois há-de haver muita discussão, têm muitas propostas que a Reserva Agrícola Nacional não vai querer, outras que a Reserva Ecológica Nacional também não, a CCDR também, enfim, na discussão pública os munícipes também poderão dizer da sua justiça. Para já, informa que têm a proposta estabilizada e vão procura ir ao encontro de algumas situações que querem corrigir, mas depois a discussão vai ser com as entidades que vão aprovar juntamente com a Autarquia, antes da aprovação pela Assembleia Municipal.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

**. Moção (Pela sustentabilidade da Comunidade Terapêutica do Centro Jovem Tejo).  
Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Voto de Pesar (António Arnaut).  
Aprovado, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação (Beatriz Rocha Conduto)  
Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação (Ricardo Esteves)  
Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação (Rui Duarte Gião Narigueta)  
Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação (Clube Desportivo Pinhalnovense)  
Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**O Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e passa à apresentação da Moção:

### **MOÇÃO (Pela sustentabilidade da Comunidade Terapêutica do Centro Jovem Tejo)**

“O Centro Jovem Tejo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada há cerca de três décadas e sediada em Quinta do Anjo, que desenvolve trabalho na área da prevenção, tratamento e reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências.

Possui, hoje, uma Comunidade Terapêutica de Internamento – a Comunidade Luís Barros – com 25 camas, para tratamento de adolescentes, jovens e adultos, provenientes de todos os



pontos do país. Trata-se de uma importante resposta nacional nesta área, sendo que existem apenas mais duas com estas características. Conta, também, com um apartamento de reinserção e um apartamento para autonomização, tendo encerrado o Centro de Consultas no Barreiro por dificuldades económicas. As Equipas de Tratamento do Ministério da Saúde, a Segurança Social, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e as Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal são alguns dos principais parceiros do Centro Jovem Tejo, na identificação e encaminhamento de utentes, que são internados por proposta das Administrações Regionais de Saúde.

A Comunidade Terapêutica de Quinta do Anjo conta, atualmente, com cerca de duas dezenas de adolescentes e jovens, que estão a usufruir do Programa Terapêutico Biopsicossocial, Hierárquico e Democrático, para reaprenderem a viver sem consumo e dependência de substâncias tóxicas. Estão todos inseridos no sistema de escolaridade obrigatória, dentro da Comunidade Terapêutica, uns no ensino secundário e outros no Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) de 2.º e 3.º ciclos, contando com o apoio de docentes da Escola Secundária de Palmela, que se deslocam à instituição. O sucesso escolar dos utentes tem sido de 100% e a taxa de abandono e/ou fuga muito reduzida, o que é bem demonstrativo da pertinência e qualidade do modelo de intervenção em execução nesta Comunidade, cuja equipa técnica é composta por uma médica psiquiatra, por psicólogos e técnicos de saúde mental, de serviço social, monitores e animadores.

Se as Instituições Particulares de Solidariedade Social que oferecem outras valências vivem, hoje, reconhecidos momentos de dificuldade para manterem a sua atividade e requalificarem os seus espaços e equipamentos, as instituições que desenvolvem trabalho na área dos comportamentos aditivos encontram-se ainda mais condicionadas por um quadro legal incoerente e lesivo, que não tem em consideração o interesse de utentes e suas famílias, nem a necessária estabilidade das associações e das suas equipas. O Despacho n.º 16938/2013, de 31 de dezembro, emanado dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Saúde, vem sobrepor-se aos despachos judiciais dos Tribunais ou aos Acordos de Promoção e Proteção (APP), contrariando, muitas vezes, as suas determinações. Ao contrário dos acordos tripartidos, que são estabelecidos com as Unidades de Cuidados Continuados Integrados para pessoas de idade maior, a única convenção que é possível a estas IPSS é aquela que suporta os custos de pessoa por dia, eliminando qualquer possibilidade de planeamento e contribuindo para uma preocupante instabilidade laboral. Não existe, também, margem para quebras no número de utentes, estando obrigados à apresentação de listas mensais, nem é permitida a admissão de autopropostos, cabendo apenas às Administrações Regionais de Saúde a possibilidade de encaminhamento de utentes, o que veio retirar autonomia a estas IPSS.

Cabe ao Ministério da Saúde 80% dos custos de internamento e à Segurança Social ou família os 20% remanescentes, traduzindo-se este último apoio numa comparticipação que se cifra em

350,00€. Sendo o Centro Jovem Tejo uma entidade que presta serviço a utentes provenientes de todo o território nacional, também aqui se verificam dificuldades acrescidas, já que cada Administração Regional de Saúde e cada serviço da Segurança Social parece funcionar com regras próprias, que vão, por exemplo, dos diferentes documentos exigidos para autorizar o prolongamento do internamento, até à forma de contabilidade e aos prazos de pagamento, passando, até, pela recusa no pagamento da verba para despesas pessoais, contrariando o definido na legislação. Acresce que, independentemente do tempo definido nos despachos judiciais pelos Tribunais ou do período considerado necessário para um processo terapêutico de sucesso, a legislação em vigor define, como tempo máximo de permanência, para o apoio financeiro ao internamento, 18 meses.

No momento, e relativamente às Administrações Regionais de Saúde, o Centro Jovem Tejo tem seis jovens internados, com prolongamentos autorizados nos termos dos APP ou dos Despachos Judiciais, mas que ultrapassaram, em janeiro deste ano, o limite de 18 meses permitido pelo Despacho conjunto do Governo, de 2013, pelo que ficaram sem participação, o que representa um avultado investimento da instituição. Efetivamente, neste momento, a ausência desta participação de janeiro à data, representa um valor de 24.000,00€.

No que respeita à Segurança Social, estão em dívida diversos Centros Distritais de Segurança Social do país – alguns há mais de dois anos – perfazendo um valor em dívida de cerca de 25.000,00€, o que está a originar uma situação de rutura eminente.

Uma resposta social de grande valor no restabelecimento e na reintegração destas pessoas – grande parte, adolescentes e jovens - na vida das suas famílias e comunidades, com resultados de sucesso comprovado, deve ter no Estado um parceiro de bem, que honre os seus compromissos e que paute a sua intervenção pela prossecução do interesse maior e dos direitos dos cidadãos.

A Câmara Municipal de Palmela reconhece o excelente trabalho desenvolvido pelo Centro Jovem Tejo e pela sua Comunidade Terapêutica Luís de Barros e tem procurado apoiar a sua atividade, regularmente e na medida das suas competências e possibilidades, quer através de apoio financeiro, quer no estabelecimento de pontes com outras entidades, com vista ao estabelecimento de parcerias e candidaturas.

No dia 24 de maio, no âmbito da Semana da Freguesia de Quinta do Anjo, em curso, o Município, com a Junta de Freguesia, reunirá com a Direção do Centro Jovem Tejo, e assume o compromisso de levar a todos os fóruns da área social os problemas vividos por esta IPSS, procurando sensibilizar para a necessidade de respostas urgentes, que permitam, não só viabilizar a manutenção da sua atividade, mas também a sua qualificação e a alteração do quadro legal.

Reunida a 23 de maio de 2018, na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, a Câmara Municipal de Palmela:

- Exige a rápida alteração do quadro legal que rege as IPSS na área da prevenção, tratamento e reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências, garantindo a celebração de verdadeiros acordos de parceria, que valorizem o trabalho desenvolvido, apoiem os utentes e suas famílias e permitam uma maior autonomia e um correto planeamento e gestão financeira por parte das instituições;
- Exige, também, o pagamento urgente dos valores em dívida ao Centro Jovem Tejo por parte da Segurança Social, nomeadamente, dos respetivos Centros Distritais de Segurança Social, e a revisão dos procedimentos para pagamento, que devem ser universais e respeitar o disposto na Lei, bem como o pagamento atempado por parte das Administrações Regionais de Saúde;
- Exorta, uma vez mais, à criação de um mecanismo financeiro, à semelhança do programa PARES, que permita responder às necessidades prementes das IPSS com vista à recuperação, manutenção e qualificação das suas instalações e equipamentos.

A presente Moção será enviada para:

Ministério da Saúde;

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;

Ministério da Justiça;

Ministério das Finanças;

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP;

Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal;

Assembleia Municipal de Palmela;

Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

Conselho Local de Ação Social de Palmela;

União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social;

União Concelhia das Instituições Particulares de Solidariedade Social;

Comunicação Social.”

### **Sobre a Moção (Pela sustentabilidade da Comunidade Terapêutica do Centro Jovem Tejo) intervêm:**

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes. Refere que a bancada do PS também está muito preocupada com o que se passa com esta Instituição, sobretudo em relação aos jovens que frequentam o Centro, que já têm vidas muito problemáticas e que podem perder um apoio fundamental que a Instituição proporciona. Solicitam que seja dado conhecimento aos Centros Distritais, que têm aqui jovens e são responsáveis pelo pagamento de verbas inerentes a estes jovens, até porque a maioria dos jovens ou quase todos, são de fora do distrito, fora da região, porque é política retirar esses jovens dos contextos familiares e dos contextos sociais em que viviam. Por outro lado, para além destes Centros Distritais,

também ao Conselho Diretivo da Segurança Social uma vez que é o responsável pela gestão desses Centros Distritais e para que possa também intervir junto daqueles que maior endividamento têm com a instituição em causa.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que neste momento, o Centro Jovem Tejo está a fazer um conjunto de contactos, nomeadamente com todos os partidos da Assembleia da República, para que esta iniquidade possa ser, de facto, ultrapassada. Refere ainda que, não é possível um o juiz decretar, que uma criança ou um jovem venha para o Centro Jovem Tejo durante 12 meses ou 18 meses e depois considerar que deve continuar mais 6 meses ou 12 meses e o Ministério da Saúde, pura e simplesmente, deixar de pagar. Daí o valor de 24.000,00€ que o Ministério da Saúde não está a pagar.

Em relação à Segurança Social, é um outro valor, que varia de Centro Regional, para Centro Regional. É uma situação inadmissível, há um só país e tem de haver uma única legislação.

**Submetida a Moção (Pela sustentabilidade da Comunidade Terapêutica do Centro Jovem Tejo) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.**

Pelo **Sr. Vereador Raul Cristovão** é apresentado o Voto de Pesar:

• **VOTO DE PESAR (António Arnaut).**

"Portugal ficou de luto, com a morte, no passado dia 21 de maio, de António Arnaut.

António Arnaut, de 82 anos, nasceu em Penela (distrito de Coimbra) em 28 de janeiro de 1936, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1959. Militante antifascista desde muito jovem, foi um dos principais responsáveis pela transformação da Ação Socialista Portuguesa no Partido Socialista, em 1973 e seu fundador.

António Arnaut, militante dedicado, político de causas, Grão mestre da Maçonaria Portuguesa honrou-nos como Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República e como governante, foi desde 2016, presidente honorário do partido socialista.

Em 1978, é convidado para ministro dos Assuntos Sociais, por Mário Soares, e é nesse cargo que assina, o despacho que daria origem à lei que criou o SNS, universal e gratuito, em setembro de 1979.

António Arnaut foi vogal do Conselho Superior da Magistratura, foi agraciado com o Grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos do Ministério de Saúde em 2014 na cerimónia dos 35 anos do SNS.

Homem simples e de origens rurais tinha uma faceta pouco conhecida das pessoas como escritor e poeta. Costumava afirmar "O SNS é o meu melhor poema".

Nos últimos tempos de vida afirmou que “Eu estou vivo graças ao SNS, pois não teria rendimentos para tantos tratamentos e exames médicos”.

Há muito que era acompanhado na sua doença no serviço público de saúde, no Centro Hospitalar de Coimbra, onde veio a falecer.

Trabalhou e lutou até ao fim na defesa do SNS tendo como um dos últimos trabalhos da sua vida com João Semedo, do Bloco de Esquerda, um projeto de regeneração da obra que todos lhe reconhecem a paternidade, o Serviço Nacional de Saúde.

Saibamos honrar o seu legado lutando por políticas sociais que promovam maior igualdade, não apenas proclamando que lutamos, mas contribuindo para a criação e sustentabilidade das instituições das áreas sociais.

Reunida a 23 de maio de 2018, em sessão ordinária, a Câmara Municipal de Palmela expressa o seu pesar pelo desaparecimento de António Arnaut à sua família”

#### **Sobre o Voto de Pesar (António Arnaut) intervêm:**

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a bancada da CDU subscreve plenamente este voto de pesar, reconhece e enaltece a intervenção de António Arnaut, fundador do Partido Socialista, um homem íntegro, republicano, defensor dos valores de Abril, particularmente, na defesa do Serviço Nacional de Saúde, aliás poderá ser considerado o “pai” do Serviço Nacional de Saúde. Foi uma legislação que foi aprovada e nos últimos tempos, ele próprio, dizia que era necessário reconduzir o Serviço Nacional de Saúde à sua matriz constitucional e humanista. Portanto, o seu legado é reconhecido e foi um homem que sempre lutou pela defesa e aprofundamento do Serviço Nacional de saúde. Recentemente, António Arnaut, dizia numa revista, que não deveriam permitir que se saúde deixe de ser um direito, para se converter e degenerar num grande negócio, naturalmente, estava nitidamente a referir-se às PPP (Parcerias Público Privadas).

Em 2016, as famílias a suportavam 27,4% das despesas totais com saúde, mais de 723 mil portugueses não têm médico de família, Portugal entre 21 países europeus, é o que apresenta uma maior taxa de atendimentos nas urgências. Num dos anos mais recentes, o número de enfermeiros que emigrou, foi superior àquele que entrou no Serviço Nacional de Saúde. Em 2018, prevê-se que 40% do orçamento do Serviço Nacional de Saúde, ou seja, 3.726 milhões de euros sejam transferidos para entidades privadas e atualmente há 114 hospitais privados e 111 Hospitais públicos. Por fim, entre 2008 e 2015, o número de camas diminuiu nos hospitais públicos, ou seja, menos 4.500 e, ao mesmo tempo, aumentou nos privados, mais 2.300. Esta intervenção do falecido António Arnaut serviu para chamar a atenção, porque isto pode ser um grande negócio e não é esse o sentido do Serviço Nacional Saúde e essa noção deverá estar patente em todos, neste momento. Os profundos sentimentos pelo falecimento de António Arnaut.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** cumprimenta os presentes e refere que, obviamente, irá associar-se a este voto de pesar pelo desaparecimento de mais um daqueles que lutaram pela implantação da democracia e que foi mais um deputado constituinte que desapareceu, são infelizmente, cada vez menos, mas os anos vão passando.

Refere, também, o que o Sr. Vereador Adilo Costa já referiu, e entendeu não pedir o uso da palavra na moção anterior, porque considera que o seu espírito está aqui neste voto de pesar. O que votaram anteriormente é, no fundo, aquilo que o Doutor António Arnaut sempre preconizou e aquele apelo final que o Sr. Primeiro-ministro transmitiu, que não se fizesse desaparecer o SNS e é algo que nos deve dizer muito, até porque muitas vezes assiste nos filmes americanos e se tiverem um pouco de atenção, uma das primeiras coisas que perguntam é se os "utentes" têm seguro para cobrir as despesas médicas. Essa diferença entre o humanismo europeu, entre o que é ter um Serviço Nacional de Saúde, tendencialmente gratuito e aquilo que é a realidade muito diferente em outros locais, é aquilo que faz pensar e que faz manifestar homenagem por alguém que foi um dos que deu os primeiros passos em Portugal para que tal acontecesse.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que subscreve este voto de pesar do falecimento de António Arnaut. No fundo, ficaram um pouco mais pobres, porque morreu um grande democrata, uma pessoa de grande valor.

**Submetido o Voto de Pesar (António Arnaut) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes Saudações:

• **SAUDAÇÃO (Beatriz Rocha Conduto)**

"A futebolista Beatriz Conduto, residente em Aires, sagrou-se Campeã Nacional da Liga de Futebol Feminino Allianz, ao serviço do Sporting Clube Portugal.

Beatriz Conduto, ainda com idade sub19, integra já a equipa sénior do Sporting Clube Portugal, tendo contribuído para este título também com um golo. Estão ainda em disputa mais três títulos até ao final da época, que podem vir a reforçar o currículo da atleta, a Taça de Portugal Feminina Allianz (seniores) e o Campeonato Nacional e a Taça Nacional, ambas as competições de sub19.

Beatriz Conduto iniciou a prática do futebol no C.D.R. Padre Nabeto, tendo representado o Palmelense F.C. e o Quintajense F.C. antes de se transferir para o Sporting C.P.

Reunida a 23 de maio na Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, a Câmara Municipal de Palmela saúda Beatriz Conduto pelo título de Campeã Nacional de sénior feminina, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva continuando o seu percurso de sucesso e a dignificar o concelho."

**Sobre a Saudação (Beatriz Rocha Conduto) intervêm:**

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que irá votar favoravelmente a presente saudação e uma vez que existem mais duas saudações a atletas e uma a um Clube Desportivo, refere que também irá votar favoravelmente e saudar as propostas de saudação à atleta Beatriz Conduto, como a do Ricardo Esteves e do Rui Narigueta, bem como a do Clube Desportivo Pinhalnovoense.

**Submetida a Saudação (Beatriz Rocha Conduto) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.**

• **SAUDAÇÃO (Ricardo Esteves)**

“O atleta Ricardo Rafael Esteves Ferreira, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Estafetas de Orientação Pedestre, no Campeonato Nacional de Distância Média e de Estafetas de O-Ped, que se realizou nos dias 19 e 20 de maio de 2018, em Mora.

Para além do título alcançado em estafetas, Ricardo Esteves, alcançou o 2.º lugar na prova individual no escalão Elites, sagrando-se Vice-Campeão Nacional, tendo sido esta a primeira medalha conquistada pelo atleta no escalão Elites.

Reunida a 23 de maio na Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, a Câmara Municipal de Palmela saúda Ricardo Esteves pelo título de Campeão Nacional de Estafetas de Orientação Pedestre, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a Saudação (Ricardo Esteves) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.**

• **SAUDAÇÃO (Rui Duarte Gião Narigueta)**

“O atleta Rui Narigueta, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Duetlo Cross, escalão 40-44 anos, no Campeonato Nacional Individual de Duetlo Cross – VIII Duetlo de Famalicão, que se realizou no dia 6 de maio de 2018, em Vila Nova de Famalicão.

Para além do título individual no escalão 40-44 anos, Rui Narigueta, alcançou o 2.º lugar na classificação absoluta, sagrando-se Vice-Campeão Nacional Absoluto.

Reunida a 23 de maio na Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, a Câmara Municipal de Palmela saúda Rui Narigueta pelo título de Campeão Nacional de Duetlo Cross,

desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a Saudação (Rui Duarte Gião Narigueta) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.**

• **SAUDAÇÃO (Clube Desportivo Pinhalnovense)**

“O Clube Desportivo Pinhalnovense alcançou o título de Campeão da 1.ª Divisão Distrital de Juvenis (sub17), conquistado desta forma o direito de disputar na próxima época desportiva, 2018/2019, o Campeonato Nacional de Juvenis.

Reunida a 23 de maio na Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, a Câmara Municipal de Palmela saúda jogadores, equipa técnica, órgãos sociais e adeptos do Clube Desportivo Pinhalnovense pelo título de Campeão Distrital de Juvenis, desejando os maiores sucessos para a próxima época desportiva continuando a engrandecer e dignificar o Concelho.”

**Submetida a Saudação (Clube Desportivo Pinhalnovense) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.**

**Informações / Assuntos diversos:**

• **Lançado o procedimento para a empreitada de recuperação do Salão Nobre – O Sr. Presidente** informa que está a decorrer o concurso por prévia qualificação. Foi lançado com o preço base de cerca de 480.000€, IVA incluído. A obra consiste na recuperação do Salão Nobre, incluindo a eliminação de patologias e a conservação e restauro das pinturas, de modo a assegurar a preservação histórico-patrimonial deste legado; na reabilitação, conservação e restauro do conjunto terraço; colunas e pilastras, que compõem o acesso exterior através da fachada principal ao Salão Nobre; na reabilitação de fachadas e coberturas; entre outras intervenções de conservação e restauro deste imóvel simbólico.

Outro aspeto importante nesta intervenção, é que vai resolver a promoção da acessibilidade ao Salão Nobre, com a criação de uma nova entrada de nível, para pessoas com mobilidade reduzida, bem como a melhoria do desempenho energético do edifício. É uma obra extremamente delicada e com recurso a diversas especialidades e a ações reversíveis e pouco intrusivas, o que justifica a opção pelo concurso de prévia qualificação. O projeto teve um custo de 36.285,00 € e foi aprovado pela DGPC – Direção Geral do Património Cultural.

A obra terá duas áreas de intervenção: a área de intervenção que envolve a reabilitação das fachadas e coberturas incluindo o saguão, zona da arcada, galeria e pátio exterior poente e é cofinanciada por fundos comunitários. A segunda área de intervenção abrange a reabilitação do Salão Nobre e as áreas adjacentes nos pisos 0 e 1, incluindo as salas previstas para o piso do sótão e é financiada exclusivamente pela Câmara Municipal.



• **Requalificação do Logradouro da Escola Básica de Cajados em concurso – O Sr. Presidente** dá nota que está a decorrer o concurso para a requalificação do Logradouro da Escola Básica de Cajados, outro compromisso assumido durante a semana dedicada à freguesia de Águas de Moura. É uma obra com o preço base de cerca de 66.000€. incluindo o IVA. O projeto foi desenvolvido internamente e tem como objetivos principais a melhoria do revestimento dos pavimentos do logradouro de drenagem pluvial, a valorização de áreas de jogo e recreio e a criação de mais áreas de sombreamento.

Trata-se de mais uma obra de beneficiação do parque escolar, com a qual se pretende contribuir para a melhoria permanente da oferta educativa local.

• **Dia do Ambiente assinalado com um conjunto de iniciativas com a comunidade – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta todos os presentes e divulga que a Câmara Municipal de Palmela vai assinalar o Dia Mundial do Ambiente no dia 5 de junho, com um conjunto de atividades que decorrem entre 26 de maio e 15 de junho. O programa integra iniciativas desportivas, pedagógicas e de convívio, sempre em contacto com a Natureza.

O objetivo do município é sensibilizar a comunidade para a importância de se reduzir a pegada ecológica, preservar a natureza e adotar estilos de vida mais sustentáveis. No dia 26 de maio, às 10h30, vai decorrer um encontro convívio entre os participantes das Hortas Comunitárias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, que inclui uma visita aqui à Horta Comunitária de Quinta do Anjo e um piquenique no Sobral, com a particularidade de ser feito com produtos da terra de forma a sensibilizar para a importância de produzir e consumir local.

Ao longo da manhã do dia 1 de junho, Dia da Criança e do Concelho, no Complexo Desportivo Municipal, o município vai dinamizar, com o apoio da ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida, o jogo de tabuleiro gigante que integra as Maletas da Sustentabilidade daquela agência. Esta atividade repete-se durante as festas de Pinhal Novo, aproveitando-se para levar, aos muitos visitantes aí presentes, a mensagem ecológica.

Faz também parte do programa, a Caminhada Noturna “Dia Mundial do Ambiente” que terá lugar no dia 9 de junho, com partida às 21h00, na Alameda 25 de Abril, em Palmela, acontece no Parque Natural da Arrábida, é dirigida à população em geral, com passagem pela Serra dos Gaiteiros, Vale dos Barris e Serra do Louro. E nos dias 14 e 15 de junho realizam-se dois percursos pedestres interpretativos pela Serra do Louro, mas neste caso com uma escola. Em ambos os casos o objetivo é conhecer melhor a fauna e floras locais e o seu papel na biodiversidade. Com este conjunto de atividades toca-se assim, com toda a comunidade, diversos aspetos da preservação e valorização do ambiente e Palmela tem bom ambiente.

• **Adjudicadas empreitadas de execução de passeios e calcetamentos e sinalização horizontal – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que foi adjudicada, por cerca de 45.000€, a empreitada de execução de passeios e calcetamentos em vias municipais, lançada por

concurso público. Esta empreitada prevê a construção de diversos troços de passeios e calçadas e abrange todas as freguesias. No mesmo período, foi adjudicada a empreitada de sinalização horizontal em estradas municipais, no valor de cerca de 33.200€. Também neste caso trata-se de beneficiar a rede viária municipal, melhorando a segurança rodoviária.

• **CLIQUE SEM IDADE no Guia de Boas Práticas de Ageing in Place - Divulgar para valorizar** – O Sr. Vereador Adilo Costa divulga que o projeto municipal CLIQUE SEM IDADE, inserido nas políticas locais promotoras do Envelhecimento Ativo e da Relação entre Gerações, integra uma das 80 boas práticas de “ageing in place” da sociedade portuguesa, do Guia de Boas Práticas de Ageing in Place - Divulgar para valorizar na categoria Lazer, Atividade Física e Aprendizagem ao longo da vida, apresentado a 15 de maio no Porto e a 16 de maio em Lisboa. Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Universidade Católica Portuguesa, este projeto de investigação decorreu entre setembro de 2017 e maio de 2018, a nível nacional organizado por António Fonseca, coordenador do Mestrado em Gerontologia Social Aplicada na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa, Psicólogo e doutorado em Ciências Biomédicas - Universidade do Porto.

Disponível para consulta online, este Guia explora o conceito de “ageing in place” enquanto capacidade de continuar a viver em casa e na comunidade ao longo do tempo, com segurança e de forma independente, de acordo com a OMS – Organização Mundial de Saúde. Sublinha que o lugar onde a pessoa vive não é apenas a sua casa, mas também a comunidade onde essa casa se insere, apelando à importância da participação na vida dos territórios. Ao mesmo tempo, procura contribuir para estimular e contagiar dinâmicas interventivas, através da valorização e do conhecimento do que, atualmente, se faz de positivo para a promoção da inclusão social dos cidadãos mais velhos na sociedade portuguesa, em diferentes categorias, dado o seu carácter regular, intencional e inovador.

• **Encontro de Grupos Técnicos com Intervenção na área do Envelhecimento** – O Sr. Vereador Adilo Costa dá conhecimento que houve um encontro de grupos técnicos concelhios com intervenção na área do envelhecimento, para uma sessão de troca de experiências e aprendizagem entre pares. A iniciativa foi promovida pelo Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento – coletivo técnico composto pelas IPSS na área dos idosos do concelho e CMP e, permitiu um momento de aprendizagem coletiva com os Grupos Técnicos dos concelhos do Barreiro e de Almada.

A partilha de metodologias, de percursos, de áreas de trabalho, preocupações, bem como de instrumentos de planeamento foram alguns dos temas discutidos numa sessão participada por vinte e dois técnicos, oriundos de quinze instituições de três concelhos distintos. No período da tarde, o programa incluiu uma visita guiada ao Castelo de Palmela, bem como uma visita à Casa Mãe Rota dos Vinhos, momento lúdico e de lazer que deu a conhecer o património e alguns dos produtos locais.

• **Dia Mundial da Criança 2018 – Família Ativa, Criança Saudável – O Sr. Vereador Luis Miguel Calha** divulga que a Câmara Municipal vai assinalar a 17.ª edição das comemorações do Dia Mundial da Criança com um conjunto de atividades lúdicas e desportivas no dia 1 de junho, das 10h00 às 12h00, no Campo de Jogos Municipal de Palmela. A atividade será realizada em parceria com várias instituições do concelho e terá como lema “Família Ativa, Criança Saudável”.

Trata-se de um evento muito participado, prevendo-se a participação de várias centenas de crianças entre os 2 e os 14 anos e suas famílias, de várias localidades do concelho. Este ano o evento conta com a participação de 12 entidades parceiras para a dinamização de atividades, designadamente, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações Juvenis, Culturais e Desportivas, entre outras entidades que irão apoiar e patrocinar a iniciativa, que vai também, contar com a parceria das Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela.

• **Associação Académica Pinhalnovense Campeã da Taça Regional de Velocidade e Barreiras (masculinos) e Vice-campeã (femininos) 2017/2018 – O Sr. Vereador Luis Miguel Calha** informa que se realizou no dia 29 de abril a Taça Regional de Velocidade e Barreiras na Pista Municipal da Sobreda, em Almada, o evento desportivo no qual a Associação Académica Pinhalnovense sagrou-se Campeã Regional em Masculinos e Vice-campeã em Femininos, decorrente dos seguintes resultados desportivos: André Rangel; Paulino Caroné; Gonçalo Santos; Tiago Martins; Gonçalo Rodrigues; Ana Polquinhas; Marta Rodrigues; Vitória Monteiro; Íris Rangel; Filipa Cardoso; Ana Reis; Catarina Coelho e Mariana Pais.

• **João Jesus – Campeonato Nacional Individual de Duetlo Cross – O Sr. Vereador Luis Miguel Calha** refere que João Jesus, atleta residente em Pinhal Novo sagrou-se Vice-Campeão Nacional de Duetlo Cross no escalão 25-29 anos, alcançando o 16.º lugar no escalão absoluto, no Campeonato Nacional Individual de Duetlo Cross – VIII Duetlo de Famalicão, que se realizou no dia 6 de maio, em Vila Nova de Famalicão.

• **Luís Piteira – Campeonato Nacional de Águas Abertas 1,5 km Masters – O Sr. Vereador Luis Miguel Calha** refere que Luis Piteira, atleta da Palmela Desporto, E.M., sagrou-se Vice-Campeão Nacional de Águas Abertas no escalão F, alcançando o 16.º lugar no escalão absoluto, no Campeonato Nacional de Águas Abertas 1,5 km Masters, que se realizou no dia 20 de maio, na Aldeia do Mato, Abrantes.

• **Dia da Energia alerta para eficiência energética – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o município comemora este ano, uma vez mais, o Dia da Energia que se assinala a 29 de maio. O dia será assinalado com atividades de sensibilização para a importância das

energias alternativas, nas Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo, com o apoio do Instituto Politécnico de Setúbal.

Vão ser realizados pedy papers e colocados, à disposição dos estudantes, equipamento para produção alternativa de energia, como bicicletas geradoras e aerogeradores. Estas atividades repetem-se no dia 1 de junho, Dia da Criança e do concelho, no Complexo Desportivo Municipal.

O objetivo é despertar a comunidade para a importância da eficiência energética para a sustentabilidade, nomeadamente para a escolha de energias alternativas e limpas, e para a redução do uso de energias mais poluentes e com maior emissão de gases com efeito de aumento de estufa.

• **Instalação dos três primeiros postes solares autónomos do concelho – O Sr. Vereador Pedro Taleço** informa que, no âmbito da eficiência energética e relativamente à rede de iluminação pública, foram instalados os primeiros três postes solares do concelho. Serão colocados na Rua Manuel Ferreira Caramelo, onde tinham dificuldades com a EDP face ao elevado investimento em colocar apenas três postes de iluminação. O município resolveu, assim um problema com um custo mínimo, em relação àquilo que seria a instalação de um PT (posto de transformação).

O **Sr. Presidente** refere que para terminar este período de informações, dá nota que está a aproximar-se o Dia do Concelho, dia 1 de junho, que é também o Dia da Criança. Vai ser um dia muito intenso para as famílias e aproveita para divulgar a programação destas comemorações:

- 10h30 – homenagem a Vítor Borrego com o descerramento da placa toponímica Rua Vítor Borrego, junto à Rua Padre Manuel Caetano, na obra que fizeram na Terra do Pão em Palmela;
- 15h00 – no Cineteatro São João, a cerimónia de atribuição das condecorações municipais;
- 18h00 – lançamento do vinho Foral de Palmela, em colaboração com a adega Venâncio da Costa Lima;
- 21h30 – exibição do filme “Setembro, a vida inteira” com a presença da realizadora Ana Sofia Fonseca e quem estiver interessado, pode proceder ao levantamento dos bilhetes no Cineteatro São João. Vão também, integrar a exibição deste filme, numa campanha de fundos para o Centro Social de Palmela.

Em simultâneo, vão abrir uma exposição do ciclo: “Uma imagem, mil memórias”, um projeto de recolha de fotografias do arquivo municipal, em torno destas questões da identidade e do Foral.

#### **Questões apresentadas pelos Srs/as. Vereadores/as**

- O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes e refere que pretende alertar, para quem circula na estrada das Machadas que liga ao Vale dos Barris, numa das zonas mais altas

da estrada, há um desmoronamento considerável de pedras enormes. As pedras rolaram até à parte que pertence ao concelho de Setúbal, mas o desmoronamento foi na parte que pertence à área do concelho de Palmela. Desconhece se é da responsabilidade do proprietário, mas era para alertar a Proteção Civil para passar por lá e analisar o estado, porque considera que está num estado perigoso.

O **Sr. Presidente** agradece o alerta e solicita que faça chegar as fotografias para uma melhor localização e análise da situação.

- A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o MIM tomou conhecimento que o Sr. Presidente reuniu ontem, com o atleta Ricardo Reis e face à especulação que houve em relação à veracidade do currículo do atleta, já tendo sido comprovado que o mesmo é verídico e questiona se Sr. Presidente tem algo a dizer em relação a toda essa polémica, e se calhar, seria de louvar que o Sr. Vereador fizesse um pedido de desculpas ao atleta, uma vez que o bom nome do mesmo ficou afetado.

O **Sr. Presidente** refere que sobre a questão colocada pela Sra. Vereadora Palmira Hortense, não vai revelar o teor da conversa que teve com o atleta Ricardo Reis. Refere também, que a Sra. Vereadora partiu de pressuposto errado, porque efetivamente aquilo que o atleta esclareceu, está esclarecido e era do nosso conhecimento. Depois, informa que já falou com o PS sobre a saudação, uma vez que tinha pequenas imprecisões, porque os títulos nacionais que lá estão referidos, não são títulos Nacionais da Federação Portuguesa de Atletismo, são alguns títulos do Inatel. Contudo, tudo isso não passou de especulação, de mal entendidos e de alguém que quis fomentar alguns desaguisados.

Refere igualmente que aqui ninguém tem de pedir desculpas a ninguém, houve um pedido de esclarecimento que foi feito a um partido, que apresentou uma saudação, cujo assunto já foi esclarecido. O que realmente interessa é, reafirmar a saudação que foi feita ao esforço, à dedicação e à carreira do atleta, porque isso não foi posto em causa por ninguém. O que foi solicitado, foi a confirmação de uns resultados e essa confirmação está feita parcialmente e, portanto, não há aqui ninguém que tenha de pedir desculpas. A forma como o assunto foi tratado e a projeção que teve nalguma comunicação social é que está a levar o assunto para uma situação completamente desnecessária. Portanto, o assunto está tratado.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** reforça que a filosofia das saudações é, no fundo, a demonstração de uma prova, de um resultado final ou de uma atividade pontual, ou o esforço, a dedicação, o resultado de uma carreira que data desde 1993 e foi isso que o PS apresentou sobre o atleta Ricardo Reis, sobre o trajeto do atleta e que aqui foi aprovado por unanimidade.

Sobre outras situações, enquanto vereadores, não tratam diretamente, tratam de saudações, moções, valorizar o esforço de todos aqueles que levam e transportam o nome deste concelho, dentro e fora do concelho, dentro do país ou fora do país e é isso que interessa saudar.

A questão do atleta Ricardo Reis, no seu entender, o atleta merece a saudação, está feita e está votada. Outras questões que possam haver, ultrapassa completamente o foro desta vereação. São situações que terão de ser esclarecidas de outra forma e pensa que há esforço para haver um diálogo entre as partes, e resolver as questões através desse diálogo e por isso, estão cá para ajudar também. Refere que aquilo que irão continuar a fazer sempre, é saudar as boas práticas, venham elas de onde vierem. Se houver pequenas imprecisões ou não, se se confirmam ou não, isso para o PS não é importante. Neste caso concreto, há uma carreira a saudar e foi isso que fizeram.

- O **Sr. Carlos Vitorino** começa por referir que tem várias questões a apresentar:

- . Uma questão que o Sr. Presidente não respondeu colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, sobre os motivos do protesto dos Bombeiros de Pinhal Novo no simulacro que decorreu no Poceirão e que tendo, no entanto, referido à comunicação social que iria ser efetuada uma reunião com as 3 corporações, com a máxima brevidade, pelo que gostaria de saber se a mesma já se efetuou e se os resultados da mesma foram satisfatórios.

- . Refere que apesar do adiantar da hora, considera que esse adiantado foi por bons motivos e as intervenções dos munícipes, o querer saber das questões, o resolver dos problemas, acha que é um dos motivos nobre da atividade que exercem e saúda, particularmente, todos inclusivamente grande parte deles que já se ausentaram, porque amanhã é dia de trabalho, mas o que interessa é ver se daqui por um ano, no mesmo local, alguns dos munícipes já não virão, porque o problema foi resolvido. Considera que é este que deve ser o trabalho autárquico.

- . Relativamente ao pó na Rua António Sérgio, refere que também se deslocou ao local e verificou que, de facto, durante o período em que vão buscar as crianças à escola, é um corrupio constante, como acontece em todas as ruas não estão asfaltadas. Também é verdade que a dimensão do concelho é considerável, mas é preciso é que se vá resolvendo.

- . Sobre as obras da Escola Básica de Cabanas e na questão do problema ocorrido com o empreiteiro, pergunta se estará a funcionar em pleno no início do próximo ano letivo ou será muito difícil? Refere que hoje, visitaram umas obras que estão a avançar bem, da Escola Matos Fortuna e verificaram que, de facto, a visita foi bastante interessante e é de saudar. Contudo, em relação à Escola Básica de Cabanas, gostaria de saber se haverá, de facto, alguma possibilidade ou não, de ela iniciar no início do próximo ano letivo.

- . Refere que tem recebido várias questões, levantadas por moradores, relativamente à questão do estacionamento. Considera que é um problema que ocorre nas zonas urbanas, ocorre nas urbanizações da freguesia de Quinta do Anjo, nomeadamente na Urbanização das Colinas da Arrábida, da Urbanização dos Portais da Arrábida, mas também no Pinhal Novo, ainda

recentemente, com aquelas ações da GNR. Enfim, gostaria de saber se está programado algum estudo, o que é que está a ser pensado nesta matéria e aqui recordar que já há vários anos atrás, de facto, não era este o executivo, mas era da mesma cor política, os avisos que foram feitos em Assembleias Municipais, em sessões de Câmara sobre a questão do dimensionamento de algum arruamentos e de algumas novas urbanizações, bem como da necessidade de adequar às populações e às novas realidades. Recorda o que dizia o Marquês de Pombal quando lhe perguntaram, ao fazer a baixa, porque é que estava a fazer as ruas tão largas, e ele respondeu que um dia iriam ser estreitas.

**Às questões colocadas, são dadas as seguintes respostas:**

– O **Sr. Presidente** em relação às questões apresentadas pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino, informa o seguinte:

- Relativamente à questão levantada sobre os Bombeiros, a melhor resposta será dada no Dia Municipal do Bombeiro, porque é aí que vão ser anunciadas situações importantes e depois se tiver alguma questão, considera que deveria colocá-la, também aos bombeiros de Pinhal Novo, poderá ser que eles tenham algo a dizer sobre a mudança de atitude e a mudança de opinião.

- Sobre a Escola Básica de Cabanas, naturalmente, não vai estar pronta no início do ano letivo, mas informa que as crianças estão muito bem, como devem ter conhecimento, estão num colégio, no qual têm um contrato de aluguer, pelo que está garantido o seu ano letivo em perfeitas condições e normalidade.

- Sobre a questão do estacionamento, o município tem estudos para vários locais e são estudos que têm medidas corretivas e outros que têm medidas de aproveitamento de espaços, nos quais podem ser criadas bolsas de estacionamento. Considera que não vale a pena discursos populistas, nem demagógicos acerca desta matéria. O município fez recentemente um estudo e uma reunião no Bairro Alentejano, em que as pessoas aceitaram uma situação que não aceitaram há muitos anos atrás, de algumas ruas passassem a ser de sentido único, foi aprovado pela população e vai ser implementado, aos poucos, nos próximos meses com alteração da sinalização dos sentidos de trânsito. Nos Portais da Arrábida já explicou, na reunião que houve ontem, o que é que vai ser feito. E contrariando essa visão prospetiva que os Srs. Vereadores terão tido na altura da aprovação das novas urbanizações, esclarece que em todas as novas urbanizações no concelho, novas e pressupõe que estava a falar das que datam de 2000 até à presente data, aliás, a partir de 1998, todas elas tiveram lugares de estacionamento a mais, do que aquilo que as portarias definiam na legislação à época e que o PDM definia. Refere como exemplo a urbanização da Quinta do Pinheiro, em Pinhal Novo, ou a Urbanização Vila Bela, também em Pinhal Novo, tem mais lugares de estacionamento, muitos mais daqueles que o PDM previa e as pessoas continuam a estacionar em cima do passeio. As pessoas querem estacionar por baixo da janela de sua casa, mas existe lá espaço para estacionar.

Depois há outras questões, os camiões e camionetas que ocupam lugares de estacionamento aos moradores, mas de resto, os sítios onde tem havido problemas destes, são em zonas antigas consolidadas que estão à espera de outro tipo de reabilitação, como foi o caso da Rua 25 de Abril em Pinhal Novo com as obras anunciadas nos logradouros. Refere que, depois das multas, já estão a estacionar nos logradouros e se assim é, é porque podiam lá estacionar, mas não queriam. Mas esses espaços vão ser todos requalificados e reabilitados e a questão do estacionamento continuará a colocar-se aqui e em qualquer outro local do mundo. É isso que acontece em outros sítios, mas com medidas mais duras, nomeadamente não deixando que o espaço público, que é de todos, se torne um parque de estacionamento e é isso que veem noutros países e é isso que também já veem em muitas cidades de Portugal, algumas governadas pelo partido de Vossa Excelência, onde qualquer bolsa de estacionamento que exista ou estacionamento público, é pago.

Nesta questão do estacionamento, não vale a pena estar aqui com demagogias. Existem zonas consolidadas, antigas, de centro histórico e onde é que se estaciona? Portanto, a morfologia, o desenho urbano vai evoluindo em função dos tempos. Os estacionamentos foram dimensionados de acordo com a lei. Se a lei hoje define que são 2 lugares por fogo ou 3, o município, o PDM tem de cumprir e os promotores têm de cumprir também. Portanto, essa questão está esclarecida. Na reunião que tiveram com a junta, nomeadamente sobre a Urbanização dos Portais da Arrábida, onde existe mais dificuldades, é precisamente nos arruamentos das moradias, que têm estacionamento próprio no interior do lote com garagens, que entretanto, foram transformadas em outras coisas.

O Município está, como esteve, sempre pronto para alterar, como tem feito, por exemplo em passeios que são muito largos, fazer bolsas de estacionamento em espaços que foram remodelados que, no passado eram recantos ou lotes de cedência para equipamentos, mas que deixaram de servir para esse equipamento. Portanto, estão sempre a procurar fazer parques de estacionamento e vão continuar a procurar ir ao encontro, enfim, das dificuldades que existem hoje, mas as soluções terão que ser outras.

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

## **GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA**

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:



**PONTO 1 – Contratos Interadministrativos para a manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – alteração.**

**PROPOSTA N.º GPC 01\_12-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela, dando cumprimento ao estipulado no artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tem mantido a prática da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, estabelecendo os instrumentos previstos na legislação em vigor.

Esta prática política vem de há anos, porque se entende dever reforçar o papel das Juntas de Freguesia, os meios ao seu dispor e que uma política de proximidade pode garantir maior eficácia e melhor eficiência na resolução dos problemas das populações.

No quadro da legislação em vigor, a Câmara Municipal de Palmela e a Assembleia Municipal de Palmela entenderam, no princípio do atual mandato, renovar os acordos, contratos e protocolos existentes, assumindo o compromisso de estabelecer uma ronda negocial com as Juntas de Freguesia para a sua discussão e eventuais alterações.

O processo negocial, decorrido durante o passado mês de março, com as Freguesias, permitiu concluir pela manutenção dos Protocolos de Colaboração, dos Contratos Interadministrativos para a limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais, toponímia, reposição de pavimentos em calçada, limpeza de espaços verdes, vias e espaço público, mercados, recolha de monos, os Acordos de Execução para a conservação e manutenção de mobiliário urbano e alterar os Contratos Interadministrativos para proceder à manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados.

Mesmo face às atualizações efetuadas em 2017, a presente alteração de documentos implica correções de valores, bem como acertos dos quilómetros de vias não asfaltadas.

Assim, propõe-se:

1. Nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos do disposto no nº.1 do artigo 120º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que o Órgão Executivo aprove as propostas de alteração dos seguintes Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Palmela e as Juntas de Freguesia e União de Freguesias abaixo indicadas, e submeta à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, nos termos das minutas anexas à presente proposta, que dela fazem parte integrante, e que se consubstancia nos seguintes documentos:

**Junta de Freguesia de Pinhal Novo**

Contrato Interadministrativo para a Manutenção e Conservação de Caminhos e Arruamentos não asfaltados.

**União das Freguesias de Poceirão e Marateca**

Contrato Interadministrativo para a Manutenção e Conservação de Caminhos e Arruamentos não asfaltados.

#### **Junta de Freguesia de Quinta do Anjo**

Contrato Interadministrativo para a Manutenção e Conservação de Caminhos e Arruamentos não asfaltados.

2. Que a aplicação destes Contratos Interadministrativos seja feita de forma retroativa a janeiro de 2018, no que se refere à transferência de recursos financeiros afetos a cada contrato, considerando-se, de forma comprovada, que até à presente data este serviço público foi assegurado com os recursos próprios de cada Junta de Freguesia, tendo sido desta forma assegurados os princípios evocados nas alíneas d) e e) do artigo 121º do Regime em referência.

Os montantes globais a transferir anualmente para as Juntas e União de Freguesias, ao abrigo dos Contratos Interadministrativos agora alterados atingem o valor de **202.638,87 €** com a seguinte distribuição:»

<b>Contrato Interadministrativo</b>	<b>Junta de Freguesia de Quinta do Anjo</b>	<b>Junta de Freguesia de Pinhal Novo</b>	<b>União de Freguesias de Poceirão e Marateca</b>	<b>Total</b>
<b>Manutenção e Conservação de Caminhos e Arruamentos não asfaltados</b>	46.404,25 €	47.189,90 €	109.044,75 €	202.638,87

#### **Sobre a proposta Contratos Interadministrativos para a manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – alteração, intervêm:**

O **Sr. vereador Carlos Vitorino** refere que há um aumento total de cerca de 1800€ em relação às várias propostas e gostaria de saber, uma vez que em março e abril, tiveram várias intempéries que causaram, evidentemente uma maior degradação nas redes viárias, se este reforço será considerado suficiente?

O **Sr. Presidente** refere que a questão das intempéries e de outras situações que não conseguem controlar, obviamente, não podem estar consideradas no protocolo. É a mesma história nos protocolos em que têm pessoas descentralizadas e se as pessoas estiverem de baixa, não têm que repor uma outra pessoa, porque se essas pessoas também se estivessem a trabalhar para a câmara, a fazer a mesma função se estivessem baixa, estavam de baixa.

O protocolo define um conjunto de normas técnicas, quantidades, passagens, etc. Mas sabem que as Juntas de Freguesia gerem bem estes recursos e, tal como nos sítios quando chove, é preciso passar não 2 vezes por ano, mas 5 vezes, também há sítios onde só se passa uma vez por ano, porque não é necessário tantas vezes e, portanto, da avaliação que têm feito, o que consideraram justo, era fazer uma atualização do valor do quilómetro, que não era atualizado há muitos anos.

Em relação às verbas, a expectativa das Juntas de Freguesia, com um aumento, fizeram as contas, é que fosse mais, mas, como foram retirados quilómetros, felizmente, já não precisam de ser tratados, isto não cresceu assim tanto quanto desejavam.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 2 – Contrato Interadministrativo para a limpeza e desmatção de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas - alteração.**

**PROPOSTA N.º GPC 02\_12-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela, dando cumprimento ao estipulado no artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tem mantido a prática da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, estabelecendo os instrumentos previstos na legislação em vigor.

Esta prática política vem de há anos, porque se entende dever reforçar o papel das Juntas de Freguesia, os meios ao seu dispor e que uma política de proximidade pode garantir maior eficácia e melhor eficiência na resolução dos problemas das populações.

No quadro da legislação em vigor, a Câmara Municipal de Palmela e a Assembleia Municipal de Palmela entenderam, no princípio do atual mandato, renovar os acordos, contratos e protocolos existentes, assumindo o compromisso de estabelecer uma ronda negocial com as Juntas de Freguesia para a sua discussão e eventuais alterações.

O processo negocial, decorrido durante o passado mês de Março, com as Freguesias, permitiu concluir pela manutenção dos Protocolos de Colaboração, dos Contratos Interadministrativos para a limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais, toponímia, reposição de pavimentos em calçada, limpeza de espaços verdes, vias e espaço público, mercados, recolha de monos, os Acordos de Execução para a conservação e manutenção de mobiliário urbano e alterar o Contrato Interadministrativo para proceder à limpeza e desmatção de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas.

Mesmo face às atualizações efetuadas em 2017, a presente alteração do documento implica correções de valores.

Assim, propõe-se:

1. Nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos do disposto no n.º.1 do artigo 120º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que o Órgão Executivo aprove as propostas de alteração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, e submeta à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, nos termos da minuta anexa à presente proposta, que dela faz parte integrante;

2. Que a aplicação deste Contrato Interadministrativo seja feita de forma retroativa a janeiro de 2018, no que se refere à transferência de recursos financeiros afetos a cada contrato, considerando-se, de forma comprovada, que até à presente data este serviço público foi assegurado com os recursos próprios de cada Junta de Freguesia, tendo sido desta forma assegurados os princípios evocados nas alíneas d) e e) do artigo 121º do Regime em referência.

O montante global a transferir anualmente para a União de Freguesias, ao abrigo do Contrato Interadministrativo agora alterado é de 14.000,00 €.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **PONTO 3 – Acordos de Execução para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.**

#### **PROPOSTA N.º GPC 03\_12-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela, dando cumprimento ao estipulado no artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tem mantido a prática da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, estabelecendo os instrumentos previstos na legislação em vigor.

Esta prática política vem de há anos, porque se entende dever reforçar o papel das Juntas de Freguesia, os meios ao seu dispor e que uma política de proximidade pode garantir maior eficácia e melhor eficiência na resolução dos problemas das populações.

No quadro da legislação em vigor, a Câmara Municipal de Palmela e a Assembleia Municipal de Palmela entenderam, no princípio do atual mandato, renovar os acordos, contratos e protocolos existentes, assumindo o compromisso de estabelecer uma ronda negocial com as Juntas de Freguesia para a sua discussão e eventuais alterações.

O processo negocial, decorrido durante o passado mês de Março, com as Freguesias, permitiu concluir pela manutenção dos Protocolos de Colaboração, dos Contratos Interadministrativos para a limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais, toponímia, reposição de pavimentos em calçada, limpeza de espaços verdes, vias e espaço público, mercados, recolha de monos, os Acordos de Execução para a conservação e manutenção de mobiliário urbano e alterar os Acordos de Execução para assegurar a realização de pequenas reparações e para promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

Mesmo face às atualizações efetuadas em 2017, a presente alteração de documentos implica correções de valores e do número de estabelecimentos de educação incluídos, procurando clarificar com rigor e transparência as obrigações das partes.

Assim, propõe-se:

1. Nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 120.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que o Órgão Executivo aprove as propostas de alteração dos seguintes Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Palmela e as Juntas de Freguesia e União de Freguesias abaixo indicadas, e submeta à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, nos termos das minutas anexas à presente proposta, que dela fazem parte integrante, e que se consubstancia nos seguintes documentos:

**Junta de Freguesia de Palmela**

Acordo de Execução para os estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

**Junta de Freguesia de Pinhal Novo**

Acordo de Execução para os estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico

**União das Freguesias de Poceirão e Marateca**

Acordo de Execução para os estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

**Junta de Freguesia de Quinta do Anjo**

Acordo de Execução para os estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

2. Que a aplicação destes Acordos de Execução seja feita de forma retroativa a janeiro de 2018, no que se refere à transferência de recursos financeiros afetos a cada contrato, considerando-se de forma comprovada que até à presente data este serviço público foi assegurado com os recursos próprios de cada Junta de Freguesia, tendo sido desta forma assegurados os princípios evocados nas alíneas d) e e) do artigo 121.º do Regime em referência.

Os montantes globais a transferir anualmente para as Juntas e União de Freguesias, ao abrigo dos Acordos de Execução agora alterados atingem o valor de 363.219,85 € com a seguinte distribuição:»

Acordos de Execução	Junta de Freguesia de Quinta do Anjo	Junta de Freguesia de Pinhal Novo	União de Freguesias de Poceirão e Marateca	Junta de Freguesia de Palmela	Total
Manutenção e Reparação em estabelecimentos de ensino - edifícios	34.476,00 €	111.466,00 €	45.728,64 €	60.840,96 €	252.511,60
Manutenção e Reparação em estabelecimentos de ensino - logradouros	12.600,00 €	51.572 €	21.931,00 €	24.596,25 €	110.699,25
Total	47.076,00 €	163.038,00 €	67.659,64 €	85.437,21	363.219,85€

**Sobre a proposta Acordos de Execução para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, intervêm:**

O **Sr. Presidente** refere que o município o ano passado em julho fez uma atualização do valor metro quadrado dos edifícios e dos logradouros e de algumas intervenções que habitualmente não estavam claras, porque, entretanto, hoje nas escolas, há máquinas de lavar industriais nas cozinhas, há outro tipo de equipamentos que antes não havia e, portanto, melhorou-se o corpo e o texto do protocolo, mas a atualização do valor já havia sido feita em junho de 2017 e as Juntas de Freguesia consideraram que, de facto, o valor está justo. A proposta vem aqui com uma alteração, não é para alterar valores, mas é sobretudo para atualizar o corpo do protocolo onde contam as obrigações e isso não foi devidamente feito em junho. Entretanto, há algumas alterações de valores, porque há duas freguesias que deixam de ter duas escolas para conservar, nomeadamente Pinhal Novo que deixa de ter a escola de Arraiados, porque ela deixou de ser escola e vai ser utilizada para um fim de natureza social e, portanto, a Junta de Freguesia deixa de ter a obrigação de a conservar, vai ser a câmara a tratar disso com outra entidade. E também a Junta de Freguesia de Poceirão, que deixa de ter antiga escola de Cajados, que está cedida à Cáritas e, portanto, não faz sentido, estar a pagar um trabalho que entretanto deixou de ser feito e, por isso, há aqui umas reduções nos valores.

Também um lapso na comunicação que foi feita à Junta de Freguesia de Palmela, do valor anual da transferência. Procuraram perceber com a contabilidade, a Junta de Freguesia de Palmela o ano passado recebeu, efetivamente, a verba que tinha que receber, no total de 85.438€ mas, por algum motivo em julho, quando fizeram a atualização, a contabilidade tinha uma tabela com uma dotação de 99 mil euros e a Junta de Freguesia pensou que iria receber este ano 99 mil euros, mas efetivamente não pode, não corresponde ao total.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que quando se fez a renovação é que se veio a falar nesse valor de 99 mil euros, na sessão de 12 de dezembro de 2017. Mas a proposta, hoje, está certa.

O Sr. Presidente refere que aquilo que receberam em 2017 com as atualizações feitas, foi 85.437 € e aquilo que se propõe é o mesmo valor, porque não perderam escola nenhuma. Em Dezembro quando fazem a renovação automática dos protocolos, por lapso, nessa tabela de Excel deu 99 mil euros. Portanto, a Junta de Freguesia de Palmela colocou isso nos seus documentos provisionais e vai ter que rever.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que a questão é que como houve uma aprovação com base neste quadro, no dia 12 de dezembro de 2017, agora esta aprovação, não está em causa o valor.

O **Sr. Presidente** refere ser o que aprovaram em dezembro, foi a renovação e a renovação é de 85 mil, só que a proposta tem 99 mil ou seja, tem um erro. É um erro grosseiro mas vão ver se do ponto de vista formal, vai ser ou não necessário tomar outra deliberação.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que houve uma aprovação em ata de um valor e agora é proposto outro valor. Refere que não está a questionar a seriedade da questão, porque logicamente que há um engano.

O **Sr. Presidente** refere esclarecido que está o assunto, só vai à Assembleia Municipal no final de junho. Se houver outra correção a fazer, farão nas reuniões anteriores, ainda a tempo. Mas as contas são mesmo estas, está definido. Era este esclarecimento que se impunha.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO**

### **PONTO 4 – Delimitação de Unidade de Execução em Aires.**

#### **PROPOSTA N.º GPE 01\_12-18:**

«De acordo com o quadro legal em vigor, RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, as Câmaras Municipais devem, por iniciativa própria, adotar e elaborar instrumentos que permitam um adequado planeamento e ordenamento do território. De entre os diversos instrumentos a delimitação de unidades de execução (n.º 2 do artigo 147.º) evidencia-se e ganha destaque na execução e implementação dos planos municipais vigentes, nomeadamente o Plano Geral de Urbanização (PGU) de Aires e o Plano Diretor Municipal (PDM) de Palmela.

Encontrando-se prevista no Plano de Ação para o Mandato de 2017-2021 a execução de um novo arruamento de ligação entre a Rua dos Fundadores do Airensense e a Rua de Aljubarrota, que resulta no prolongamento da Av. Joaquim Lino dos Reis, localizada em Aires, freguesia de Palmela, considera-se adequada e vantajosa a delimitação de uma unidade de execução por parte do Município que permita a concretização desta ação, sendo não apenas a oportunidade de qualificar a rede viária municipal, mas não menos importante, a possibilidade de ser o Município a programar e concretizar uma ação estratégica numa área há muito expectante, fundamental para uma ainda maior qualificação e reforço de equipamentos públicos existentes e propostos no aglomerado de Aires.

Esta ação encontra-se já com dotação orçamental em 2019, devendo ser ajustado o montante em função do investimento em causa e de eventuais encargos decorrentes de expropriação, caso venham a ser necessários.

A presente proposta está sujeita a um período de Discussão Pública com duração de 20 dias, similar ao aplicável na elaboração de planos de pormenor, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do RJIGT.

Decorrente do disposto nos artigos 146º a 148º, 150º, 152º, 159º, 164º, 165º e 170º do RJIGT, propõe-se a aprovação da presente proposta nos termos e conteúdo do documento que se anexa e constitui parte integrante da mesma.»

**Sobre a proposta Delimitação de Unidade de Execução em Aires, intervêm:**

O **Sr. Presidente** refere que esta ação já tem dotação orçamental para 2019 por causa do arruamento, mas o município pretende ir mais além com esta delimitação de unidade de execução, porque trata-se de dar continuidade a um eixo estruturante de Aires, entre a Rua dos Fundadores do Airense e a Rua de Aljubarrota. Na prática, nós vamos intervir numa zona que tem 3 proprietários, o município tem a zona que permitia fazer só estrada, mas fica ali uma frente de um outro particular que pode beneficiar daquela via, permitindo a construção de um determinado número de fogos. Depois, porque querem fazer uma outra ligação que vai dar à escola de Aires, lá por trás, é uma zona que está no plano de Aires, para fazer uma ligação pedonal também, há aqui uma outra parcela, a parcela B, que tem que entrar neste cômputo da unidade de execução. Assim, pretende-se fazer a avaliação dos terrenos. Os Proprietários vão ser convidados a reunir com o município, vão ter um prazo de pronúncia, porque depois vão propor que vá para apreciação pública.

É feita uma perequação dos encargos daquilo que ali vai ser feito, porque não vão só fazer a via para viaturas, vão fazer passeios, bolsas de estacionamento em terrenos junto à zona dos lotes que, neste momento não poderiam existir como lotes e, portanto, se esses proprietários vão beneficiar, vão poder construir com frente para aquela via, devem ser chamados a esta unidade de execução, vão fazer ciclovia, enfim, vão tratar aquilo como uma Avenida deve ser tratada.

O que se pretende com estas unidades de execução, que estão previstas na lei, é depois, através desta per equação, distribuir os encargos, ou seja, quanto é que caberá a cada um se tiver de lotear, quanto é que tinha que pagar para aquelas infraestruturas e distribuir a mais-valia, porque têm depois possibilidade de vender estes lotes por um determinado valor.

A câmara está a tomar a iniciativa, acompanhada destes particulares, deste programa de execução para esta zona, porque se isto ficar dependente da vontade dos particulares de avançarem ou não, nunca mais teriam aquela zona devidamente qualificada e urbanizada.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a bancada do PS congratula-se com esta obra porque é, de facto, uma obra estruturante, uma solução interna para Aires, Cabeço Velhinho e Padre Nabeto e consideram que vai melhorar imenso a circulação automóvel na localidade e, eventualmente, aliviar a Estrada Nacional e, portanto, congratulam-se, porque era também uma obra que fazia parte do nosso programa eleitoral, daí a nossa satisfação pelo execução desta obra.



O **Sr. Presidente** refere que se esqueceu de referir que, se não houver acordo com os particulares, é possível chegar à expropriação, pagando, naturalmente, o valor da avaliação para o efeito.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que vai votar favoravelmente, porque é uma obra estruturante e, no fundo, aquilo que deu para observar no documento técnico, as questões que o que referiu há pouco, ou seja, de tentarem se readaptar às novas realidades, portanto, considera que é isso que está a ser feito.

O **Sr. Presidente** refere que a proposta vai ser na íntegra transcrita, apenas a tentou resumir para não demorarem mais tempo, mas não estão também ao aprová-la a deliberar sujeitar a proposta a um período de discussão pública, com a duração de 20 dias, que é similar àquele que é aplicável aos Planos de Pormenor.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

**PONTO 5 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”.**

### **PROPOSTA N.º DCDJ 01\_12-18:**

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o), e u), do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).
- através da promoção do movimento associativo do concelho, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora.
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na cultura, e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foram apresentadas pela Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização de atividades e a aquisição de equipamentos;

- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r) do referido regulamento;

Assim, propõe-se, de acordo com as alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição à Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” do apoio financeiro, de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) destinados à atividade e € 1.000,00 (mil euros) destinados à aquisição de equipamento, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.»

**Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, intervêm:**

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não se trata de perguntas, mas sim de uma intervenção que vai servir para todas as outras Propostas que têm aqui em relação ao apoio. Já havia sido feito em relação aos apoios do movimento associativo juvenil e em primeiro lugar, dar nota e com agrado, o esforço que é feito na apreciação das candidaturas nos mais diversos critérios que, sem dúvida não serão trabalho fácil. Em segundo, apelar para que possa haver um esforço, uma priorização para que estas candidaturas estejam prontas, ou seja a apreciação esteja pronta mais cedo para que também se possa atribuir os financiamentos mais cedo.

Refere isto porque, para as associações e tendo em conta que têm de apresentar as despesas em relação ao ano fiscal em que se encontram, está a falar de reduzir a execução provavelmente a 5 meses, se considerarem aqui o prazo da disponibilidade dos pagamentos. Uma vez que estão a atribuir com base nos planos de atividades, estão a criar também, uma fragmentação no ano, para o 2º semestre, havendo, obviamente, para muitas delas, aquelas que dependem quase na totalidade, financeiramente destes apoios, dificuldades em executar durante os primeiros 6 meses.

O trabalho com os critérios não era tão pesado, convém dizer que hoje em dia, há uma estruturação em relação a esta atribuição que, com certeza ocupará mais tempo, mas também tem a certeza que colocando mais recursos, provavelmente se pode ganhar ou tentar ganhar um mês ou dois e atribuir mais cedo esses financiamentos.

Relativamente à proposta, votarão, obviamente, favor e, é uma intervenção que se estende a todas as outras propostas sobre estas matérias.

O **Sr. Presidente** refere que, longe vai o tempo em que se dizia que a cultura era só um trabalho de verão. Atualmente não para, é um trabalho de um ano inteiro e, de facto, A Divisão de Cultura, Desporto e Juventude tem uma atividade muito mais intensa, do que aquilo que que já veem hoje acontecer no território.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que na perspetiva construtiva da questão e agradece ao Dr. Calado Mendes, porque provavelmente, uma das soluções mais fáceis para antecipar isto, é também remeter entrega das candidaturas até ao final do ano civil anterior, ou seja até 31 de

dezembro, o que antecipa bastante e não causa nenhum incómodo às associações. No movimento associativo juvenil em outras instituições já fazem assim e, portanto, já se ganha um mês.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** pede escusa da votação, o que foi aceite pelo Sr. Presidente.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL**

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Convívio para Idosos de Cabanas.**

### **PROPOSTA N.º DEIS 01\_12-18:**

«A Associação de Convívio para Idosos de Cabanas, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída em 2000 e, desde a sua constituição, que desenvolve a sua atividade *“em defesa dos direitos das pessoas idosas de Cabanas, ao assumir junto delas, as suas dificuldades e carências, quer a nível de habitação, higiene, alimentação, saúde, quer ainda em termos sociais, culturais e até de educação”* (Plano de Atividades 2018), e investe num trabalho de intervenção comunitária na freguesia de Quinta do Anjo, designadamente na localidade de Cabanas.

Presta apoio a pessoas idosas que se encontram em situação de fragilidade económica e social. Acolhe, mensalmente, 35 utentes na sua valência de Centro de Convívio, apoia ao nível da confeção de refeições para idosos e promove um conjunto de iniciativas de animação que contribuem para o reforço da solidariedade e das relações entre pares.

Através do protocolo com o Banco Alimentar Contra a Fome, assegura um apoio semanal a cerca de 35 pessoas (dados de 2017), auxílio significativo no quadro do agravamento das condições sociais e económicas destas, tendo encaminhado as famílias que apoiavam através da medida FEAC - Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (antigo PCAAC), para o Centro Social de Quinta do Anjo, entidade mediadora do POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, na freguesia de Quinta do Anjo.

Refira-se que este é um trabalho que se caracteriza pela dedicação e compromisso dos seus dirigentes, pois a Associação não dispõe de um quadro técnico.

Assim, considerando a pertinência e singularidade desta intervenção, os seus recursos e as características da localidade de Cabanas, propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio

financeiro no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), à Associação de Convívio para Idosos de Cabanas, destinados a participar nas despesas de funcionamento da Associação.»

**Sobre a proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação de Convívio para Idosos de Cabanas, intervêm:**

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que saúda o trabalho desta Associação que é quase todo com base no voluntariado e também para validar e relevar o carácter essencial deste apoio, uma vez que a associação tem feito um esforço tremendo para pôr as contas na positiva. Naturalmente que irão votar favoravelmente, mas não poderia deixar de relevar o trabalho desta associação que tem um cariz diferente das outras IPSS do concelho.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.**

**PROPOSTA N.º DCDJ 02\_12-18:**

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o), e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- através da promoção do movimento associativo do concelho, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na cultura, e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foram apresentadas pelo movimento associativo cultural do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização de atividades, aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação;

- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r) do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica das candidaturas apresentadas, corresponde a atribuição dos seguintes montantes, visando o apoio à atividade, a aquisição de equipamento e a realização de obras de conservação:

<b>Associações</b>	<b>Apoio à Atividade (€)</b>	<b>Apoio à Aquisição de Equipamento (€)</b>	<b>Apoio a Obras de Conservação (€)</b>
Associação "Os Amigos" das Lagameças	-	-	1.216,00
Associação Amigos Bairro da Confidente	1.000,00	321,00	-
Associação Amigos da Festa Brava	500,00	-	-
<b>Associações</b>	<b>Apoio à Atividade (€)</b>	<b>Apoio à Aquisição de Equipamento (€)</b>	<b>Apoio a Obras de Conservação (€)</b>
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	2.000,00	1.000,00	1.124,00
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	1.500,00	-	2.065,00
Associação Desportiva Palmelense, sp	500,00	-	-
Associação Festas Populares de Pinhal Novo	-	1.000,00	4.492,00
ATVK - Associação Teatro da Vila	-	1.000,00	-
Associação Teatro Sem Dono	-	1.000,00	-
ATA - Acção Teatral Artimanha	-	1.000,00	298,00
Bardoadá - Grupo do Sarrafo	-	1.000,00	-
Círios dos Olhos de Água – Associação Recreativa Cultural e Religiosa	500,00	-	-
Confraria da Sopa Caramela	1.500,00	379,00	-
Cosmic Gong – Associação Internacional de Musicoterapia Vibracional e Ressonância Holística	500,00	-	-
Grupo Carnavalesco Amigos de Baco	1.000,00	-	-
Grupo Coral Ausentes Alentejo	-	368,00	-
Grupo Desportivo de Rio Frio	1.000,00	-	-
Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa	1.000,00	-	890,00
Grupo Desportivo e Recreativo “Águias da Aroeira”	1.000,00	-	400,00
Grupo Folclórico Danças e Cânticos dos Olhos de Água	1.000,00	200,00	-

Grupo Popular Recreativo Cabanense	1.000,00	-	1.100,00
Motoclube de Pinhal Novo	1.500,00	200,00	-
Pal Artes - Associação Cultural para o Desenvolvimento do Concelho	500,00	100,00	-
<b>Associações</b>	<b>Apoio à Atividade (€)</b>	<b>Apoio à Aquisição de Equipamento (€)</b>	<b>Apoio a Obras de Conservação (€)</b>
Passos e Compassos – Associação para a Divulgação e Desenvolvimento das Artes do Espectáculo	-	770,00	-
PIA - Projectos de Intervenção Artística	-	1.000,00	-
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.000,00	186,00	-
Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho	500,00	-	-
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	1.500,00	-	175,00
Sociedade Filarmónica União Agrícola	2.000,00	462,00	579,00
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio	450,00	88,00	-
Sociedade Filarmónica Humanitária	2.500,00	1.000,00	20,45
Sociedade Instrução Musical	2.000,00	-	-
Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º Janeiro	500,00	304,00	590,00
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	2.000,00	-	-
Sociedade Recreio e Desporto da Lagoinha	1.000,00	326,00	232,00
Teatro dos Barris – Associação	-	1.000,00	-
TELA - Teatro Estranhamente Louco e Absurdo	-	841,00	-
<b>TOTAIS</b>	<b>29.450,00</b>	<b>13.545,00</b>	<b>13.181,45</b>

Assim, propõe-se, de acordo com as alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição dos apoios financeiros, destinados à atividade, à aquisição de equipamento e a apoio a obras de conservação.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 8 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.**

**PROPOSTA N.º DCDJ 03\_12-18:**

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- através da promoção do movimento associativo desportivo, a autarquia efetivamente contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora e que a prática desportiva se apresenta como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelo movimento associativo desportivo do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação, sendo essas candidaturas substanciadas na apresentação dos seus Programas de Desenvolvimento Desportivo;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica

das candidaturas apresentadas, corresponde a atribuição dos seguintes montantes referentes ao apoio à atividade e realização de obras de conservação:

<b>Associações Desportivas</b>	<b>Apoio à Atividade (€)</b>	<b>Apoio à Aquisição de Equipamento (€)</b>	<b>Apoio à realização de obras de conservação (€)</b>
Associação Académica Pinhalnovense	448,50	208,00	-
Associação Desportiva Palmelense	448,50	-	-
Botafogo Futebol Clube	897,00	-	2.122,00
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	897,00	-	-
Clube Desportivo Pinhalnovense	2.242,50	2.786,00	-
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	897,00	627,00	-
Clube Target Renegade	448,50	-	-
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	-	345,00	417,00
Grupo Desportivo da Volta da Pedra	448,50	-	-
Judo Clube do Pinhal Novo	-	376,00	-
Quintajense Futebol Clube	1.794,00	1.122,00	-
Sociedade Recreativa Instrutiva 1.º Maio - Asseiceira	448,50	-	-
União Desportiva da Palhota	448,50	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>9.418,50</b>	<b>5.464,00</b>	<b>2.539,00</b>

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovados pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar os contratos-programa (em anexo), a celebrar entre o Município de Palmela e as associações desportivas, os quais fazem parte integrante da presente proposta vigorando até ao final de 2018.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**



**PONTO 9 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Grupo Desportivo e Recreativo Aireense.**

**PROPOSTA N.º DCDJ 04\_12-18:**

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- através da promoção do movimento associativo desportivo, a autarquia efetivamente contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora e que a prática desportiva se apresenta como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foram apresentadas pelo Grupo Desportivo e Recreativo Aireense, candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização de atividades e a aquisição de equipamentos;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento;

Assim, propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere a atribuição de um apoio financeiro ao Grupo Desportivo e Recreativo Aireense, de € 948,50 (novecentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos) destinados à atividade, sendo € 500,00 (quinhentos euros) destinados a apoiar a concretização do plano de atividades da área da cultura e € 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos) destinados a apoiar a concretização do plano de atividades da área do desporto e € 988,00 (novecentos e oitenta e oito euros) destinados à aquisição de equipamento, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar o contrato-programa (em anexo), a celebrar entre o Município de Palmela e o Grupo Desportivo e Recreativo Aireense, o qual faz parte integrante da presente proposta vigorando até ao final de 2018.»

**Sobre a presente proposta, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha acrescenta a seguinte explicação:**

A proposta foi destacada desta forma das outras propostas, uma vez que houve a apresentação inicial por parte da anterior direção deste grupo desportivo de um plano de atividades que mais tarde, veio a ser modificado pela atual direção e que mereceu, naturalmente a apreciação devida por parte dos serviços. Portanto, aquilo que se lhe propõe neste caso é a atribuição de 948,50€ destinados à atividade, sendo que 500€ serão para apoiar a concretização do plano de atividades na área da Cultura e de 448,50€ destinados a apoiar a concretização do plano de atividades na área do desporto, bem como 928€ destinados à aquisição de equipamento.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 10 – Atribuição de apoios financeiros aos Ranchos Folclóricos do Concelho de Palmela.**

**PROPOSTA N.º DCDJ 05\_12-18:**

«No âmbito do Programa Municipal do Desenvolvimento da Dança, tem vindo a ser privilegiado o apoio aos grupos folclóricos existentes no concelho, considerando o papel que estas associações têm nas comunidades onde se inserem e reconhecendo, de igual forma, o

contributo que desempenham para a manutenção das tradições locais, do património cultural e etnográfico de Palmela.

O trabalho desenvolvido por estes agentes, que envolve um grande número de pessoas, contribuí para a valorização e dinamização da vida associativa concelhia, numa lógica de partilha, convívio e intergeracionalidade. Contribui igualmente para a divulgação do Concelho de Palmela, através da realização e participação em diversos encontros e festivais de folclore.

A lógica de apoio aos ranchos folclóricos tem contemplado a diferenciação em relação aos que têm escolas de folclore, pelo que propomos que se mantenha esse critério nos apoios a conceder no presente ano.

A atribuição de apoios financeiros contemplará todos os ranchos folclóricos que mantêm atividade regular.

Assim, propõe-se, em conformidade com as alíneas o) e u), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoios financeiros no valor global de €7.000,00 (sete mil euros), com a seguinte distribuição:

- Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água – € 650,00 (seiscentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico de Poceirão – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico de Rio Frio – € 650,00 (seiscentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico “Os Fazendeiros das Lagameças” – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico Regional da Palhota/Venda do Alcaide – € 650,00 (seiscentos e cinquenta euros)
- Rancho Folclórico Regional de Fernando Pó – € 650,00 (seiscentos e cinquenta euros)
- Rancho da Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha - € 650,00 (seiscentos e cinquenta euros).»

**Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros aos Ranchos Folclóricos do Concelho de Palmela, intervêm:**

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** sugere que tendo em conta que o que uma parte substancial do apoio aos ranchos folclóricos acaba por ser para os transportes, seria útil, contabilizar esta despesa nesta informação ou na proposta, para que, em termos de uma análise comparativa, aos outros apoios também se perceba que não há uma distância tão grande destes valores que ainda são umas centenas, em relação aos outros que se situam quase todos no apoio à actividade, na ordem dos milhares e considera que falta esta componente aqui explicada na proposta.

O **Sr. Presidente** refere que nessa matéria têm procurado, cada vez mais, colocar nas propostas, os apoios logísticos, apoios em transportes, atribuir-lhes um valor para que os cidadãos saibam, efectivamente, que há apoios que valem mais do que estes 650 ou 700 euros. Porque é importante, mas considera que não é possível fazê-lo nestas propostas, porque há transportes que são pedidos, enfim, alguns já estarão pedidos, e outros que nem sequer estão decididos, geralmente, os Ranchos pedem o transporte para o mais longe possível, outros pedem um pouco em cima e não conseguem, depois quantificar. Depende da deslocação, o valor efetivo do transporte, mas irão procurar fazer isso. Acrescenta também que há Ranchos, que à parte da Cultura, receberem apoios, não só para a actividade, para o programa da dança, mas também para pequenas obras e equipamento. Refere que depois, nos editais a afixar, os apoios aparecem todos, para que depois não façam comparações menos corretas.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão para realização da 29.ª Feira Comercial e Agrícola do Poceirão.**

#### **PROPOSTA N.º DCTEL 01\_12-18:**

«A Feira Comercial e Agrícola do Poceirão comemora este ano, a sua 29ª edição, tendo tido um contributo muito importante para a afirmação da ruralidade deste território e promoção dos produtos da terra.

Este certame tem sido a montra do que melhor se faz na freguesia de Poceirão. Aqui, os visitantes podem contactar com as tecnologias mais avançadas ao serviço da agricultura, conviver com as picotas ancestrais, assistir a uma demonstração de monda no arrozal ou apreciar a horta que todos os anos faz parte da exposição da feira.

A Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão tem tido a preocupação de reunir todas as atividades rurais da freguesia no seu espaço. Frutas, legumes, queijos, gado, artesanato e vinhos, têm sido a razão de ser desta ponte entre o rural e o urbano.

Este ano, a Feira vai decorrer nos dias 6, 7 e 8 de julho e vai ter como grande novidade, a

transferência das exposições de gado e de máquinas agrícolas para o espaço do mercado mensal. Com esta mudança, pretende-se qualificar uma exposição que já era uma das maiores da região, dando melhores condições para expositores e visitantes

No espaço da Feira podemos ainda encontrar a mostra das associações da freguesia, um excelente programa de animação cultural, onde se integram também várias atividades equestres.

Como esta iniciativa tem custos elevados, a Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

Assim, face ao exposto e de forma a colmatar parte das despesas da organização deste evento, e para além dos apoios logístico e técnico de cerca de sete mil euros que a autarquia também assegura, propõe-se, de acordo com o disposto na alínea u), nº 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de € 4.000,00 (quatro mil euros) à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 12 – Atribuição de topónimo “Rua da Várzea” – Freguesia de Quinta do Anjo.**

**Requerente: Maria João dos Reis Matos Cebola. Proc.º TOP-6305/2017. Local: Cabanas.**

**PROPOSTA N.º DAU 01\_12-18:**

«Na sequência de um pedido de indicação de número de polícia, verificou-se que o arruamento de serviço ao edifício objeto da pretensão, em Cabanas, na freguesia de Quinta do Anjo (identificado na planta anexa), embora público, não tem designação toponímica oficialmente aprovada.

O arruamento em causa, com início na Rua Luís de Camões e término na Rua das Roças, localizado, em termos cartográficos, na zona da “Várzea”, sendo inclusivamente esta a designação utilizada pelos/as residentes nos seus contratos de água.

Neste contexto os serviços de toponímia da Câmara propuseram, em sede de consulta à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, prevista na alínea ss) do nº. 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor, e face às características do arruamento o topónimo “Rua da Várzea”.

A Junta de Freguesia, a 11-04-2018, emitiu parecer favorável ao topónimo proposto, tendo o mesmo merecido, igualmente, parecer favorável da Comissão de Toponímia em reunião realizada a 17-05-2018, em cumprimento do disposto no n.º. 2 do art. 5º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela.

Face ao exposto, propõe-se a aprovação da atribuição do topónimo "**Rua da Várzea**" ao arruamento identificado na planta em anexo, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º. 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

O **Sr. Presidente** divulga que no próximo domingo o Dia Municipal do Bombeiro, irá decorrer em Poceirão, com desfile de todas as três corporações, com uma sessão solene que homenageia os bombeiros e atribuição das medalhas de dedicação e, portanto, ficam todos convidados para esse grande momento.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca da uma hora e oito minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*